

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE DIREITO**

AFFONSO CAVALHEIRO

GANESES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PEDIDO DE REFÚGIO

**Florianópolis
2014**

AFFONSO CAVALHEIRO

GANESES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PEDIDO DE REFÚGIO

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito à obtenção do título de
bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Danielle Annoni

Florianópolis

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

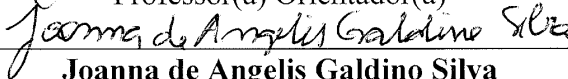
O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**Ganeses no Brasil: uma análise do pedido de refúgio**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Affonso Cavaleiro**, defendido em **18/11/2014** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 8,5 (oitoe meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 18 de Novembro de 2014



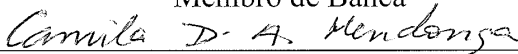
Danielle Annoni

Professor(a) Orientador(a)



Joanna de Angelis Galdino Silva

Membro de Banca



Camila Dabrowski de Araújo Mendonça

Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo agradeço a minha família: por todo o carinho, toda a paciência, os abraços de conforto, as palavras de ensinamento e todo o investimento moral que, orgulhoso, posso dizer que fizeram de mim um homem de caráter. É graças a vocês que hoje posso ver que cresci.

Ao meu pai, Julio, e a minha mãe, Márcia, por serem rocha e flor, bravura e sabedoria, verdade e doçura, coragem, perseverança e força. Por serem, no fim, no começo e sempre, amor. A vocês minha eterna e imensurável gratidão.

A minha irmã, Clarice, por ser meu exato oposto e o contrapeso que me mantém são. Obrigado por me fazer enxergar que a vida não precisa ser levada tão a sério, somos todos certos e errados, afinal.

Aos demais membros da família estendida. Meus avós Adão e Áurea (*in memoriam*), pelo papel diário na minha criação, participando da minha vida escolar de maneira invejável. Meus padrinhos, Sérgio e Maristela Poleza, e suas filhas, Marina e Luiza, por serem a família que escolhemos ter e o astral que muitas vezes nos inspira. Meu tio Paulo e toda a sua família, por todo o carinho e por estarem sempre presentes. Aos demais familiares que, apesar da frequente distância, sei que torcem por mim.

Aos meus amigos. Gabriela Paulo, pela amizade inabalável desde o primeiro dia de Universidade, por seu jeito leve de encarar a vida e por todo o afeto. Aos demais integrantes do grupo que dividiu comigo diariamente as descobertas e angústias desse curso de Direito, tornando toda a experiência algo muito mais agradável: Aristóteles Silveira, Lucas Oliveira, Maiara Amante, Marina Wassmansdorf e Marja Mangili. Aos amigos José Guilherme Surdi, Fernanda Donadel, Marina Caume, Victor Hugo Nogueira, Maurício Bongioio, Paulo Roberto Machado, Vitor Szpoganicz, Ricardo Prats, Mariah Carvalho por terem sido, cada um a sua maneira e a seu tempo, peças chave na minha vida. Aos companheiros Raphael Fagundes, Reiner Meinicke, Luis Eduardo Estrázulas e demais integrantes da família que construí na França, por terem dividido comigo a mais insana e divertida aventura que já vivi.

Aos amigos que fiz durante o estágio: Adriano Chaves, Carlos Alberto Xavier, Claudiana Dala Costa, Flávio Volpato, Nicole Diniz, Rodrigo Bayer, Vanessa

Antunes e demais colegas, pelos importantes ensinamentos, pelo agradável convívio diário e pelas oportunidades oferecidas.

À professora Danielle Annoni, por ter aceitado a missão de orientar este trabalho, por toda a atenção, ajuda e prestatividade oferecidas para o desenvolvimento da pesquisa. Estendo esse cumprimento aos demais mestres que tive durante a vida, que me fizeram abandonar a inércia e incentivaram meus estudos.

Por fim, a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal e compreenderam minhas ausências nos momentos de clausura criativa.

*Wherever men and women are persecuted
because of their race, religion, or political
views, that place must - at that moment -
become the center of the universe.*

Elie Wiesel

*Human rights are not only violated by
terrorism, repression or assassination, but
also by unfair economic structures that
creates huge inequalities.*

Pope Francis

*Poverty is the absence of all human
rights. The frustrations, hostility and anger
generated by abject poverty cannot
sustain peace in any society.*

Muhammad Yunus

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a migração de ganeses ao Brasil com a intenção de requerer o reconhecimento de seu *status* de refugiados, utilizando-se da facilitação para emissão de visto de turista diante do advento da Copa do Mundo FIFA de 2014. É uma monografia apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de bacharel em Direito. Está inserido no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos e tem como objetivo estudar os motivos que levaram centenas de ganeses a abandonar sua pátria e buscar refúgio no Brasil, procurando identificar possibilidades para enquadrar suas causas às condições estabelecidas pela legislação brasileira. Primeiramente, por meio de uma análise das normas internacionais e nacionais acerca do tema, procura esclarecer conceitos, entender definições e avaliar princípios ligados ao refúgio. Em seguida, traz informações acerca das condições de vida da população ganesa, dando especial atenção às violações aos direitos humanos que ocorrem em seu território. Identifica os diversos temores de perseguição responsáveis pela saída desses indivíduos de seu país de origem e analisa entrevistas por eles concedidas à veículos de informação brasileiros. Por fim, identifica que, diante dos depoimentos e situações vividas, há relação que permita o reconhecimento do *status* de refugiado de acordo com a Lei 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no âmbito brasileiro.

Palavras-chave: Ganeses. Brasil. Refúgio. Violação de Direitos Humanos. Lei 9.474/97. Direito Internacional dos Direitos Humanos.

ABSTRACT

This thesis focuses on Ghanaian migration to Brazil with the aim of obtaining refugee status, through the facilitation on the emission of tourist visas during the FIFA World Cup event in 2014. This essay is presented in Santa Catarina's Federal University as a requirement for obtaining a bachelor's degree in Law. This work falls within the scope of International Human Rights Law and its objective is to study the motives that lead hundreds of Ghanaian to abandon their country and seek asylum in Brazil, seeking to identify opportunities to frame their causes to the conditions established by Brazilian Law. Firstly, through an analysis of international and national norms on the subject, it seeks to clarify concepts, understand definitions and evaluate principles related to refuge. Later, it provides information about the conditions of life of the Ghanaian population, focusing on violations of human rights that occur in their country. It identifies the various fears of persecution of those individuals in their country of origin, and analyzes interviews granted by them to Brazilian media outlets. Finally, the essay identifies that, through the depositions and experienced situations, under the 9474/97 Act, which defines mechanisms for the implementation of the Status of Refugees on 1951 in the Brazilian context, there is a way to allow the recognition of refugee status for the Ghanaian population in Brazil.

Key-words: Ghanaian. Brazil. Refuge. Human Rights Violations. Law n. 9,474/97. International Human Rights Law.

LISTA DE SIGLAS

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI – *Amnesty International*

ARDA – *Association of Religion Data Archives*

CAM – Centro de Atendimento ao Migrante

CDH – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CHRAJ – *Commission on Human Rights and Administrative Justice*

CHRI - *Commonwealth Human Rights Initiative*

CIA – *Central Intelligence Agency*

COHRE – *Centre On Housing Rights and Evictions*

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

EsR – Estado sob Revisão

ERI – *Edmund Rice International*

ExCom – Executive Committee on the International Protection of Refugees

FIAN – *Food First Information & Action Network International*

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

ICESCR – *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*

ILGA – *International Lesbian and Gay Association*

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MGF – Mutilação Genital Feminina

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PIB – Produto Interno Bruto

RPU – Revisão Periódica Universal

WV Ghana – *World Vision Ghana*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONCEITO DE REFUGIADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	14
1.1 A CONVENÇÃO DE 1951 E O PROTOCOLO DE 1967 DA ONU SOBRE REFUGIADOS	14
1.1.1 Definição geral da Convenção de 1951	17
1.1.2 "Fundado temor de perseguição"	17
1.1.3 "Por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas"	20
1.2 AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DO TERMO "REFUGIADO": AS NORMAS INTERNACIONAIS E A LEI BRASILEIRA	24
1.2.1 Convenção da Organização de Unidade Africana e Declaração de Cartagena das Índias	24
1.2.2 No âmbito brasileiro: a Lei 9.474/97	28
1.2.3 O Princípio do Non-Refoulement	33
2. DE GANA AO BRASIL	38
2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PAÍS AFRICANO	38
2.2 GANA HOJE: VIOLÊNCIA ESTRUTURAL OU APENAS ECONÔMICA?	40
2.2.1 Considerações sobre a violência	40
2.2.2 Um primeiro olhar focado em Gana: A Revisão Periódica Universal de 2008	43
2.2.3 Melhorias em Gana? A Revisão Periódica Universal de 2012	50
2.3 A VIAGEM AO BRASIL	55
2.3.1 A questão religiosa em Gana e outras possibilidades de "temor de perseguição"	57
2.4 SÃO REFUGIADOS OS GANESES?	62
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Esta monografia está inserida no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos e trata do reconhecimento ou não do *status* de refugiados aos solicitantes ganeses que migraram ao Brasil durante a Copa do Mundo da FIFA de 2014.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece obrigações aos governos de agirem de determinadas maneiras a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Os direitos humanos, por sua vez, são compreendidos como aquelas garantias inerentes ao ser humano. Seu conceito reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, são considerados refugiados todos aqueles que se encontram fora do seu país de origem graças a um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam ou não queiram voltar. Outras definições (mais ampliadas) passaram, posteriormente, a incluir nessa categoria as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

É fato que a grande maioria das pessoas pode confiar no governo de seu país para garantir e proteger seus direitos humanos mais básicos, bem como sua segurança física. Não se pode dizer, portanto, que todos podem se beneficiar dessa tranquilidade. No caso dos refugiados, o país de origem demonstrou-se incapaz de garantir o respeito a tais direitos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é responsável por garantir que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e obter refúgio em outro país. Seu papel principal é garantir que os

países estejam conscientes de suas obrigações de dar proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio.

Cabe ao país de acolhida promover aos refugiados os mesmo direitos econômicos e sociais garantidos aos demais estrangeiros residentes no país, incluindo assistência médica, trabalho e ensino (no caso de crianças). Os refugiados gozam ainda dos direitos civis básicos, como a liberdade de pensamento, de deslocamento e a não sujeição à tortura e tratamentos degradantes.

Uma pessoa é um refugiado independente de esse *status* já lhe ter sido reconhecido por meio de um processo legal. Os governos estabelecem procedimentos de determinação dessa condição de acordo com seu sistema jurídico.

No âmbito brasileiro, a lei responsável por definir mecanismos e providências acerca do tema é a Lei 9.474 de 1997. Considera-se que essa norma tenha sido a primeira do ordenamento jurídico brasileiro a implementar um tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos, estabelecendo critérios próprios para a concessão do *status* de refugiado, bem como o procedimento de elegibilidade.

O problema fundamental que este trabalho se propõe a estudar é se os ganeses que vieram ao Brasil e requereram o reconhecimento da sua condição de refugiados podem ser de fato assim considerados de acordo com a legislação brasileira. De modo a verificar esse questionamento, utilizar-se-á o método dedutivo, porquanto serão estudadas as normas internacionais mais importantes que tratam do tema, bem como a nacional para, em seguida, procurar verificar se a situação específica dos ganeses estão abrangidas pelas hipóteses por ela trazidas. O método de pesquisa será baseado na realização de consulta a fontes bibliográficas e documentais.

Como objetivos, procurar-se-á retomar de forma breve os conceitos e requisitos assinalados nas normas internacionais e nacional sobre o tema, bem como a influência que essas exerceram sobre esta. Além disso, será investigada a conjuntura atual em Gana, procurando entender quais os motivos que levaram centenas de pessoas a migrarem para o Brasil e identificar quais os temores de perseguição com os quais esses cidadãos convivem.

Para fins didáticos, este trabalho será dividido em dois grandes tópicos.

O primeiro deles está subdividido em duas partes. A primeira trata de fazer uma leitura da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto do Refugiado de 1951 e do Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. Nesse âmbito, será feito um estudo da definição trazida por essas normas, interpretando detalhadamente cada conceito por elas trazido. A segunda parte investigará as ampliações que a definição de refugiado recebeu primeiramente pela Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969 e posteriormente pela Declaração de Cartagena das Índias de 1984, bem como analisar a lei brasileira nº 9.474/97 que traz conceitos e providências para o âmbito do país.

O segundo grande tópico, subdividido em quatro seções, tratará especificamente do caso em estudo, o ganês. A primeira delas vai apresentar características gerais e dados acerca de Gana. A segunda seção investigará a situação do país africano através de um mecanismo criado pela ONU: as Revisões Periódicas Universais. Será examinada primeiramente a revisão promovida no ano de 2008 e posteriormente a do ano de 2012, traçando linhas de observação acerca da melhora ou piora das condições ligadas aos direitos humanos no país. A terceira seção fará uma análise dos motivos que levaram os ganeses a migrarem ao Brasil requerendo o reconhecimento da sua condição de refugiados. A última e derradeira seção trará um apanhado geral de tudo o que foi exposto procurando responder o questionamento principal deste trabalho: são refugiados os ganeses?

Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre todo o estudo, retomando os pontos principais e as conclusões observadas acerca da problemática dos migrantes ganeses no Brasil.

1. CONCEITO DE REFUGIADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.1 A CONVENÇÃO DE 1951 E O PROTOCOLO DE 1967 DA ONU SOBRE REFUGIADOS

No século XX, os primeiros problemas de movimentos massivos de pessoas deslocadas em busca de proteção surgiram durante a Grande Guerra, mas foi durante a Segunda Guerra Mundial que o problema de deslocamento de pessoas tomou grandes proporções com mais de sessenta milhões de migrantes por várias partes do mundo.¹ Nesse período conturbado da história mundial, grande parte dessas pessoas, que viram a saída de seu país de origem como solução para parte de seus problemas, foi responsável pelo surgimento do termo “refugiado”. Seriam então, classificados dessa forma, aqueles perseguidos em razão de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.²

Como consequência dos efeitos devastadores gerados no mundo em decorrência da Segunda Guerra Mundial e diante da necessidade específica de proteger os refugiados, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)³ e, dois anos depois, 1951, foi convocada em Genebra, na Suíça, uma Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas para redigir uma Convenção regulatória do *status* legal dos refugiados.⁴ Como resultado, em 28 de julho de 1951 foi adotada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados. A ideia era tratar especificamente dos refugiados que surgiram em razão da Segunda Guerra, uma vez que se acreditava que esta problemática era temporária.

¹ PROUDFOOT, Malcolm Jarvis apud AMERICAN CATHOLIC HISTORY RESEARCH CENTER AND UNIVERSITY ARCHIVES. **Refugees and Displaced Persons Before, During, and After World War II.** The Catholic University of America. Disponível em: <http://cuomeka.wrlc.org/exhibits/show/u-s--catholic-bishops--refugee/so-what-/refugees_circa_wwii>. Acesso em: 16 ago. 2014.

² UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Relating to the Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

³ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Breve Histórico do ACNUR.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

⁴ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **O que é a Convenção de 1951.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

A referida Convenção consolidou prévios instrumentos legais internacionais relacionados ao tema de refugiados, além de fornecer uma codificação dos direitos desse grupo a nível internacional. Estabeleceu padrões mínimos para o tratamento de pessoas nessa condição sem, entretanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento.⁵

A Convenção de 1951 deve ser aplicada sem qualquer tipo de discriminação de raça, religião, sexo e país de origem. São instituídas, também, cláusulas essenciais contra as quais nenhuma objeção deve ser feita. Um exemplo é o chamado princípio de *non-refoulement* (do francês, “não devolução”), segundo o qual nenhum país deve expulsar ou devolver um refugiado contra a vontade do indivíduo, em qualquer ocasião, para um território onde ele sofra perseguição. Além disso, são estabelecidas providências para a disponibilização de documentos, tais como os de viagem específicos para refugiados.⁶

Enquanto antigos instrumentos legais internacionais eram direcionados a certos grupos específicos, a definição do termo “refugiado” trazido pelo Artigo 1º foi elaborada de forma a abranger um grande número de pessoas:

Art. 1º, A., (2) Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e devido a um fundado temor de perseguição [...] se encontre fora do seu país de nacionalidade [...]⁷

Desse artigo, depreendem-se duas restrições para a identificação de uma pessoa (ou grupo de pessoas) como refugiada: 1) deve ter se deslocado antes de 1º de Janeiro de 1951, e 2) o motivo desse deslocamento deve estar ligado aos fatos que ocorreram na Europa antes de 1º de Janeiro de 1951. A data limite fixada decorreu da vontade dos Governos, manifestada no momento da adoção da Convenção, no sentido de limitar as suas obrigações às situações de refúgio que já eram conhecidas à época,

⁵ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **O que é a Convenção de 1951.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 16 ago.2014.

⁶ Ibid.

⁷ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Relating to the Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014. *As a result of events occurring before 1 January 1951 and owing to well-founded fear of being persecuted [...] is outside the country of his nationality [...]*

ou às situações que poderiam vir a surgir em seguida, graças a eventos que já haviam acontecido. Entretanto, de acordo com Jaime Ruiz de Santiago, "tal definição seria aplicada a muitos milhares de pessoas mas, com o decorrer do tempo, a definição da Convenção se tornaria inoperante."⁸

De forma diversa do que havia sido previsto inicialmente, a problemática dos refugiados não se tratava apenas de questões pontuais e regionais que, tão logo fossem sanadas, colocariam fim à necessidade de despender esforços e dinheiro para auxiliar essas pessoas. Muito pelo contrário. A questão de migrações em virtude dos motivos elencados pela Convenção de Genebra de 1951 - e de diversas outras normas internacionais posteriores relativas ao instituto de refúgio - continua sendo uma temática atual ainda no século XXI.

Assim, com o passar do tempo e o surgimento de novas situações e fatos geradores de conflitos e perseguições, houve também o aparecimento de novos fluxos de refugiados de origens e destinos diversos dos já tratados na Convenção. Dessa forma, tornou-se crescente a necessidade de incluir também esses novos grupos de pessoas sob a proteção das provisões desse tratado. Diante dos fatos, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi preparado e, no ano de 1967, entrou em vigor.⁹

Com a ratificação desse Protocolo - o Brasil o fez em 1972 -, os países passaram a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados enquadrados na definição da Convenção, mas agora desconsiderando os limites de data e espaço geográfico, que anteriormente apenas protegiam aqueles que surgiram em razão da Segunda Guerra Mundial.

A partir desse ponto, para que haja um melhor embasamento teórico que possibilite a discussão do rol de pessoas abarcados no conceito de refugiados trazido pela Convenção de 1951 e seu Protocolo, convém uma análise pormenorizada do já mencionado Artigo 1º.

⁸ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto et. al. **As Três vertentes da proteção internacional dos Direitos da Pessoa Humana**. Disponível em <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

⁹ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **O que é a Convenção de 1951**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 16 ago.2014.

1.1.1 Definição geral da Convenção de 1951

De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 1 (A) da Convenção de 1951, o termo “refugiado” aplicar-se-á a qualquer pessoa que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opiniões políticas, estiver fora do país de sua nacionalidade e não puder ou, em virtude desse temor, não quiser valer-se da proteção desse país, ou que, se não tiver nacionalidade e encontrar-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não puder ou, devido ao referido temor, não quiser voltar a ele.¹⁰

Analisemos de forma mais detalhada.

1.1.2 "Fundado temor de perseguição"

Por se tratar de conceito subjetivo, a definição de “temor” contempla um elemento subjetivo que deve ser considerado a partir da pessoa que solicita o refúgio. Dessa forma, a fundamentação da condição de refugiado não vai estar no julgamento das condições encontradas no país de origem do solicitante, mas na avaliação das declarações por ele prestadas acerca de seus motivos.¹¹

Ao elemento “temor”, condição subjetiva, acrescenta-se o requisito “fundado”. Isso quer dizer que não basta averiguar o estado de espírito do solicitante de refúgio para que seja reconhecida tal condição: deve haver uma situação objetiva que fundamente esse estado de espírito. Portanto, a expressão “fundado temor” abarca não

¹⁰ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014. *As a result of events occurring before 1 January 1951 and owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country ; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it.*

¹¹ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES **Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

um, mas dois elementos - um objetivo e um subjetivo - e ambos devem ser levados em consideração para determinar se, de fato, existe esse receio.¹²

É necessária, entretanto, uma avaliação do elemento subjetivo em consonância de uma apreciação do psicológico do requerente, já que reações psicológicas de diferentes pessoas podem não ser as mesmas diante de condições idênticas. Alguns indivíduos podem, por exemplo, ter convicções políticas ou religiosas tão fortes que suas vidas tornar-se-iam intoleráveis se viessem a delas abdicar. Por outro lado, outras pessoas podem não possuir convicções tão marcantes e, dessa forma, agir de forma diferente. Nesse sentido, devem ser considerados os antecedentes pessoais e familiares do solicitante, sua relação com determinado grupo racial, religioso, nacional, social ou político, sua experiência pessoal e tudo o que mais possa indicar que o motivo de seu pedido é o - ao menos - razoável temor.¹³

Quanto ao elemento objetivo, deve-se analisar as alegações do solicitante, de modo que não sejam tomadas de forma abstrata por parte das autoridades competentes para determinar a sua condição de refugiado. Um temor de perseguição torna-se “fundado”, por exemplo, quando ele consegue demonstrar de forma razoável que sua permanência no país de origem se tornou intolerável pelos motivos previstos na definição dada pela Convenção ou que, por esses motivos, seu retorno ao país de origem seria intolerável.¹⁴

Essas considerações não têm que, necessariamente, se basear apenas nas experiências pessoais do solicitante. O que aconteceu a seus amigos, familiares ou integrantes do mesmo grupo religioso ou racial pode também demonstrar que é fundado seu temor de, cedo ou tarde, vir a ser vítima de perseguição. Entretanto, a situação de cada indivíduo deve ser avaliada de forma particular. Características pessoais como seu caráter, seus antecedentes, sua influência, sua riqueza ou sua

¹² UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

¹³ Id. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

¹⁴ Ibid.

franqueza, por exemplo, podem levar a conclusões acerca de um fundado temor de perseguição.¹⁵

Entretanto, deve-se lembrar que, apesar de a condição de refugiado ser geralmente determinada de forma individual, pode ser que haja situações em que grupos inteiros tenham que se deslocar em consequência de circunstâncias que indicam que seus membros poderiam ser considerados individualmente como refugiados. Nesses casos, pode não ser possível determinar individualmente a condição de refugiado para cada membro do grupo por questões de ordem prática, quando necessário agir com certa urgência.¹⁶

Não há uma definição universal de “perseguição”. Renan Aguiar entende a perseguição como sendo o ato de impedir a realização de direitos conferidos internacionalmente aos indivíduos¹⁷. A seu turno, Jean-Yves Carlier salienta que existirá perseguição quando o tratamento dispensado ao solicitante seja desproporcional e viole os direitos básicos do homem, ou seja, o importante seria o nível, a intensidade da violação¹⁸. Da análise do artigo 33 da Convenção de 1951, pode-se inferir que a ameaça à vida ou à liberdade em virtude da raça, religião, nacionalidade, opiniões públicas ou pertencimento a um grupo social específico é sempre caracterizada como perseguição.¹⁹ Outros tipos de violações graves aos direitos humanos também poderiam ser caracterizadas como perseguição. Para avaliar se outras ameaças ou ações prejudiciais podem se configurar como perseguição, é preciso observar as circunstâncias específicas de cada caso, incluindo o elemento subjetivo a que se fez referência anteriormente.²⁰

¹⁵ UNITED STATES HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014..

¹⁶ Ibid.

¹⁷ AGUIAR, Renan apud ARAÚJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

¹⁸ CARLIER, Jean-Yves; VANHEULE, Dirk. **Who is a Refugee?: a comparative case law study**. Martinus Nijhoff Publishers. The Hague, 1997

¹⁹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

²⁰ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, op. cit.

Ressalta-se que o solicitante pode ter sofrido várias medidas isoladas que, por si só, não fundariam um temor de perseguição - diferentes formas de discriminação, por exemplo - porém, combinadas a outros fatores, podem levar o solicitante a um estado de espírito que justifique e fundamente seu temor de perseguição por “motivos cumulativos”. Dessa forma, quaisquer medidas tomadas ou previstas contra a pessoa devem ser necessariamente consideradas, além do contexto geográfico, histórico e etnológico.²¹

1.1.3 “Por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas”

Conforme exposto anteriormente, para o reconhecimento de uma pessoa como refugiado, deve ser demonstrado o fundado temor de perseguição devido a raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opinião política, pouco importando se isto se dá por um desses motivos ou a combinação de mais de um deles. Cabe ao examinador, diante da análise dos fatos trazidos pelo requerente, determinar a(s) causa(s) da perseguição temida e decidir se os requisitos previstos na definição estão presentes.

Nesse contexto, “raça” deve ser entendida em seu sentido amplo, incluindo todo e qualquer tipo de grupo étnico.²² Nas palavras de Renan Aguiar, “se deve entender por raça todos os tipos de grupos físicos e culturalmente identificáveis”.²³ A discriminação por motivo de raça é mundialmente condenada e, dessa forma, é uma das mais graves violações aos direitos humanos, constituindo-se em perseguição no sentido dado pela Convenção. Será o caso de quando, em virtude da discriminação racial, a dignidade humana do requerente seja afetada a ponto de tornar-se incompatível com seus direitos humanos mais elementares e inalienáveis.²⁴

²¹ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

²² Ibid.

²³ AGUIAR, Renan apud ARAÚJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

²⁴ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, op. cit.

Comumente, o simples pertencimento a um grupo racial não enseja um fundado temor de perseguição. Entretanto, não se descarta a possibilidade de que isso aconteça e o simples fato de fazer parte dele, por si só, justifique um pedido de refúgio.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 18, trata da liberdade de pensamento, consciência e religião, incluindo a manifestação, o ensino, a prática, o culto e a mudança de credo.²⁵

Uma perseguição por motivos religiosos pode acontecer de diversas formas como, por exemplo, a proibição de fazer parte de um grupo religioso e de praticar o culto em público, a imposição de medidas discriminatórias sobre certo grupo de pessoas por praticar sua religião ou pertencerem a uma comunidade religiosa em específico.²⁶

Em relação à conceituação da discriminação por razões religiosas, a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação fundados em Religião ou Convicções, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução 36/55, de 1981, é um guia excelente, que estabelece em seu artigo primeiro:

Toda pessoa tem o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou qualquer convicção a sua escolha, assim como a liberdade de manifestar sua religião ou suas convicções individuais ou coletivamente, tanto em público como em privado, mediante o culto, a observância, a prática e o ensino.²⁷

Em alguns Estados, há a atribuição de papéis específicos de conduta para homens ou mulheres de acordo com a religião. Pode acontecer, por exemplo, de a mulher não assumir o papel que lhe foi designado ou recusar-se a comportar-se de

²⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html>> Acesso: 21 ago. 2014.

²⁶ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

²⁷ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief**. Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r055.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2014. *Everyone shall have the right to freedom of thought, conscience and religion. This right shall include freedom to have a religion or whatever belief of his choice, and freedom, either individually or in community with others and in public or private, to manifest his religion or belief in worship, observance, practice and teaching.*

acordo com os códigos de conduta esperados e, por esse motivo, temer ser perseguida por motivos religiosos.²⁸

Ainda deve ser trazido à discussão o fato de que, em algumas sociedades onde não há uma clara separação entre a religião oficial e as instituições do Estado, a não adequação do comportamento ao esperado pela religião poder ser percebido como evidência de uma opinião política inaceitável que ameace estruturas políticas.²⁹

Da mesma forma da questão racial, o pertencimento a uma comunidade religiosa em específico não é necessariamente um fundamento de temor de perseguição mas, em determinadas circunstâncias, é possível que fazer parte de um grupo seja causa suficiente para a solicitação de refúgio.³⁰

O termo “nacionalidade” não deve ser interpretado apenas no sentido de nacionalidade jurídica, cidadania, pertencimento a um Estado. Refere-se também ao vínculo a um grupo étnico ou linguístico, podendo até confundir-se ao termo “raça”. Perseguições baseadas em nacionalidade podem vir a acontecer por meio de ações ou medidas dirigidas contra uma minoria nacional e, em alguns casos, o simples pertencimento a essa minoria pode fundamentar o temor de perseguição.³¹

A coexistência entre dois ou mais grupos nacionais dentro de um mesmo Estado pode criar situações de conflito, perseguição ou risco de perseguição.

Um “grupo social específico” abrange pessoas que compartilham características e são percebidas como um grupo pela sociedade. Podem possuir origens, estilo de vida ou condição social similares, mas não necessariamente. O sexo pode ser adequadamente enquadrado na categoria “grupo social específico”, sendo que as mulheres, por exemplo, são um claro conjunto social definido por características

²⁸ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**: Guidelines on International Protection nº 1: Gender-Related Persecution within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

²⁹ Id. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

inatas e imutáveis e que, frequentemente, são tratadas de maneira diferenciada em relação aos homens.³²

Pertencer a um desses grupos pode causar desconfiança da lealdade perante o Governo, por exemplo, ou, ainda, a origem da perseguição pode estar ligada a posições políticas, antecedentes e atividades econômicas de seus membros, ou simplesmente discriminação.³³

A opinião política, neste âmbito, deve ser entendida de maneira ampla, de modo que incorpore qualquer opinião sobre qualquer tema em relação ao qual a máquina do Estado, governo, sociedade ou política possam estar relacionados.³⁴

Possuir opiniões políticas distintas daquelas do Governo vigente não é, por si só, motivo que justifique uma solicitação de refugio. Deve, o solicitante, provar que é perseguido em razão dessas opiniões não toleradas pelas autoridades porque são críticas às suas políticas ou métodos. Pressupõe-se, assim, que as autoridades estatais conhecem essas opiniões e a ele a atribuem. Dessa forma, é mais recorrente que opiniões de um escritor, professor ou cantor sejam mais conhecidas do que as de uma pessoa numa posição de menos evidencia dentro de uma sociedade.³⁵

É difícil, entretanto, traçar um nexo de causalidade entre possuir uma opinião e ser (ou temer ser) perseguido por ela. Frequentemente, essas medidas se apresentam em forma de sanções por supostos atos criminosos contra o poder vigente.³⁶

Pode acontecer, porém, de essas opiniões não terem sido tornadas públicas, mas a firmeza e tenacidade de suas convicções levarem a crer que cedo ou tarde, seriam externadas e entrariam em conflito com as ideias das autoridades.

³² UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid.

Quando esse fato puder ser pressuposto de forma razoável, há a possibilidade de considerar um fundado temor de perseguição em virtude de opiniões políticas.³⁷

1.2 AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DO TERMO “REFUGIADO”: AS NORMAS INTERNACIONAIS E A LEI BRASILEIRA

1.2.1 Convenção da Organização de Unidade Africana e Declaração de Cartagena das Índias

Após a análise feita anteriormente, vê-se que o conceito de refugiado trazido pela Convenção de Genebra de 1951 e pelo Protocolo de 1967 ainda era muito limitado. Devido a essas restrições, alguns documentos mais recentes relativos ao tema trataram de adaptar seus textos legais à realidade encontrada pelos indivíduos que buscam proteção no âmbito de sua região, ampliando a definição do instituto de refúgio e, conseqüentemente, alargando o sistema de proteção. Como anota José H. Fischel de Andrade, os instrumentos regionais deverão incorporar e ser compatíveis com os princípios universais, pois os princípios regionais não podem estar orientados a prevalecer sobre aqueles que têm caráter global, mas sim devem complementá-los quando necessário³⁸. Nesse sentido, Araújo e Almeida acreditam que:

É neste limiar de proteção dos Direitos humanos e manutenção da soberania nacional que se encontra o problema da atualidade, há que se reformar o conceito de refugiado para abarcar todos aqueles que estão em situação de risco e necessitam de ajuda internacional.³⁹

A essa tentativa de abarcar outros motivos para o reconhecimento do *status* de refugiado se dá o nome de “definição ampliada”. Esse novo tipo de perspectiva é encontrado, por exemplo, na Convenção Relativa aos Aspectos Específicos dos Refugiados Africanos (1969) e na Declaração de Cartagena das Índias

³⁷ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

³⁸ ANDRADE, José H. Fischel. *Derecho de los Refugiados en America Latina: Reflexiones sobre su futuro*. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001.

³⁹ ARAÚJO, Nádja; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

(1984), pois foram as regiões que, em decorrência dos conflitos bélicos enfrentados, se viram obrigadas a rever o tema.⁴⁰

A primeira definição mais abrangente, conforme mencionado anteriormente, foi criada pela Organização da Unidade Africana (OUA), em 1969, para tentar resolver os problemas gerados na África em virtude das constantes guerras civis no continente. A convenção da OUA estabeleceu, em seu artigo 1º (2) a definição do termo refugiado:

O termo "refugiado" aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.⁴¹

Essa definição, por não ter se focado no motivo de saída, não estabelece o tipo de perseguição que um indivíduo deve sofrer para tornar-se um refugiado. Tal definição ampliada permite a concessão do *status* de refugiado aos solicitantes cujos temores estão fundados somente em consequências acidentais, porém não menos rigorosas, das lutas internas e da anarquia a estas associadas nos seus países de origem.⁴²

Ao comparar essa definição com os instrumentos anteriores, fica evidente que, além de abranger os casos previstos na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, novas situações são abarcadas. Como bem observado por Francisco Galindo Vélez,

de acordo com essa definição, podem existir ou não temores fundados de perseguição, mas o elemento que sempre estará presente é uma situação

⁴⁰ ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus Semejanzas con la Convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001.

⁴¹ ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa**. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/3ae6b36018.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014. *The term "refugee" shall also apply to every person who, owing to external aggression, occupation, foreign domination or events seriously disturbing public order in either part or the whole of his country of origin or nationality, is compelled to leave his place of habitual residence in order to seek refuge in another place outside his country of origin or nationality.*

⁴² ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus Semejanzas con la Convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001.

anômala que priva as pessoas das garantias normais e as obriga a abandonar o seu país. Não há duvidas, portanto, que a Convenção da OUA constituiu um marco importante na evolução do direito dos refugiados.⁴³

No âmbito latino-americano, o instituto do refúgio foi complementado pela Declaração de Cartagena de 1984, que foi o resultado do colóquio de Cartagena de Índias na Colômbia sobre o problema de refugiados da América Central. No período em que foi formulada, vários foram os conflitos na América Central, dentre os quais se destacam os que tiveram lugar na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala, provocando o fluxo de mais de 2 milhões de pessoas.⁴⁴

Do total de refugiados, somente 150 mil estavam enquadrados pela definição clássica da Convenção de 1951. Dessa forma, percebeu-se que tal tratado não era o suficiente para proteger refugiados provenientes dos conflitos que aconteciam no continente americano e, por isso, era necessário que fosse criado um instrumento que ampliasse o conceito e, assim, a proteção a esse grupo de pessoas no âmbito latino-americano.⁴⁵

A Declaração de Cartagena teve, como ponto principal, a ampliação expressa da abrangência do instituto do refúgio a situações de perseguições individuais e não somente de grupos. Assim, a terceira conclusão do documento foi:

Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, para além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação

⁴³ VÉLEZ, Francisco. Consideraciones Sobre La Determinación de la Condición de Refugiado. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001. *Bajo esta definición pueden existir o no temores fundados de persecución; el elemento siempre presente consiste en una situación agudamente anómala que priva a las personas de las garantías normales y los obliga a abandonar su país. Desde este punto de vista, no hay duda que la Convención de la OUA ha constituido un importante desarrollo del Derecho de los Refugiados.*

⁴⁴ INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DO REFUGIADO. **Declaração de Cartagena**. Disponível em <<http://www.adus.org.br/declaracao-de-cartagena/>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

⁴⁵ Ibid.

maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.⁴⁶

A Declaração de Cartagena passou, então, a oferecer proteção a pessoas que se viram obrigadas a abandonar seu país diante de violação maciça de direitos humanos ou perturbação da ordem pública, por exemplo. Assim, passou-se a incluir um considerável contingente de pessoas como refugiado e, dessa forma, protegê-las de violências ou violações de direitos humanos que poderiam vir a sofrer.⁴⁷

Em análise, percebe-se o caráter dinâmico do instituto de refúgio, que pode passar por mudanças substanciais (ou pontuais) para atender com melhor precisão às demandas do período e do local, havendo, notadamente, fundamentais diferenças entre a proteção oferecida pela Convenção de Genebra e a Declaração de Cartagena, por exemplo. O caráter aberto e interpretativo do texto de Cartagena em relação à dinâmica taxativa do documento de Genebra mostra as potencialidades que o tratado latino-americano tem para efetivamente proteger aquelas pessoas que perdem a proteção de seu país de origem, pois seu rol é bastante alargado, permitindo tratamento mais adequado a novas situações.⁴⁸

A inovação mais relevante trazida por esses documentos recentes, presente tanto no do continente africano quanto no da América Latina, vem a ser a caracterização da grave e generalizada violação de direitos humanos como motivo de reconhecimento do *status* de refugiado.

Buscou-se possibilitar a correção das limitações dos documentos internacionais sobre refugiados por meio de uma maior aproximação com o campo de abrangência do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Conforme assevera Cançado Trindade, o Direito Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados são aplicados concomitantemente às normas do Direito

⁴⁶ REGIONAL REFUGEE INSTRUMENTS & RELATED. **Cartagena Declaration on Refugees, Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b36ec.html>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

⁴⁷ REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luis Augusto Bittencourt. **Proteção dos Refugiados na Declaração de Cartagena de 1984:** Uma Análise a partir do Caso dos Haitianos no Brasil. *Revista de Estudos Internacionais*, Vol. 4 (1), 2013. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/index.php/rei/article/download/126/pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

⁴⁸ Ibid.

Internacional dos Direitos Humanos: "As aproximações e convergências entre essas três vertentes ampliam e fortalecem as vias de proteção da pessoa humana."⁴⁹

A coexistência conceitual, normativa e operacional dessas normas perseguem os mesmos objetivos: a proteção do ser humano em qualquer circunstância, permitindo sua aplicação simultânea, especialmente em situações de emergência humanitária.

Assim, com a adoção da grave e generalizada violação de direitos humanos como motivo para identificação do instituto de refúgio, verifica-se a passagem de um foco na situação de perseguição individual para a situação objetiva no país de origem, analisando-se e operacionalizando-se, assim, a proteção dos direitos humanos de forma mais ampliada.

De acordo com Liliana Lyra Jubilut,

A grave e generalizada violação de direitos humanos é extremamente relevante nos contextos africano e latino-americano, uma vez que os Estados que os compõem apresentam sistemáticas violações à dignidade da pessoa humana em formas diversas das dos motivos consagrados internacionalmente.⁵⁰

CrITÉRIOS para definir a caracterização de uma situação como de grave e generalizada violação de direitos humanos não são objetivos, deixando a questão da proteção dos refugiados mais uma vez sujeita à vontade política e à discricionariedade de cada Estado.

1.2.2 No âmbito brasileiro: a Lei 9.474/97

O Brasil ocupa posição de destaque na América do Sul quando se trata de proteção a refugiados. Isso se dá porque foi o pioneiro a regulamentar esse tipo de proteção, pois, em 1960, foi o primeiro país da região a aprovar a Convenção de 1951. Logo, em 1972, aderiu ao Protocolo de 1967. Apesar de não ter assinado a Declaração

⁴⁹ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, et. al. **As Três vertentes da proteção internacional dos Direitos da Pessoa Humana**. Disponível em <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

⁵⁰ JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo : Método, 2007.

de Cartagena de 1984, passou a aplicar a definição ampliada de refugiado desse instrumento desde 1989.⁵¹

Entre 1992 e 1994, com o agravamento das hostilidades em Angola em face da guerra civil que assolava o país, o Brasil acabou por recepcionar mais de 1.200 angolanos, utilizando-se para tanto a definição ampliada criada pela Convenção da Organização da Unidade Africana em 1969 e adotada pela Declaração de Cartagena de 1984, a qual prevê a concessão do *status* de refugiado devido à grave e generalizada violação dos direitos humanos.⁵²

Finalmente, em 1997, elaborou uma lei específica sobre refugiados: a Lei 9.474/97. De acordo com Guilherme de Assis Almeida, essa lei "é a primeira do ordenamento jurídico nacional a implementar um tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos".⁵³ Essa opinião se baseia no fato de que, nessa lei, o país estabeleceu critérios próprios para a concessão do *status* de refugiado, bem como o procedimento de elegibilidade.

No mesmo sentido, José Fischel de Andrade ressalta que

A lei brasileira sobre refugiados é um instrumento legal moderno e oportuno. É coerente e caminha *pari passu* tanto com as práticas implementadas pelas autoridades nacionais, como com as normas vigentes em relação aos refugiados nos planos internacional e regional.⁵⁴

A lei que define o estatuto dos refugiados no Brasil é a primeira legislação abrangente que se dedica a esta temática na América Latina. Dois aspectos dela são dignos de atenção. Primeiramente, houve a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

⁵¹ ARAÚJO, Nádja; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

⁵² ALMEIDA, Guilherme de Assis. **A Lei nº 9.474/97 e a Definição Ampliada de Refugiado: breves considerações**. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67475>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ ANDRADE, José H. Fischel de; MARCOLINI, Adriana. **A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2014.

O CONARE tem como objetivo a busca de melhores soluções para os refugiados que procuram proteção internacional em território brasileiro.⁵⁵ Esse órgão de deliberação coletiva atua no âmbito do Ministério da Justiça e é integrado por representantes de sete Ministérios e por um representante de organização não-governamental que se dedique a atividades de assistência e proteção aos refugiados no Brasil, sendo que todos os seus membros são apontados pelo Presidente da República e exercem sua função sem remuneração.⁵⁶ Além deles, há um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mas sem direito a voto.

O processo de reconhecimento do *status* de refugiado é de competência exclusiva das autoridades nacionais, especificamente do CONARE. Assim, cabe ao governo, no uso de sua própria legislação e método de entrevista, decidir sobre a concessão ou denegação de uma solicitação de refúgio. Nesse sentido, o art. 12 da referida Lei traz a competência do órgão:

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

- I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;
- II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;
- III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;
- IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;
- V- aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.⁵⁷

O segundo aspecto que merece atenção é o que tange a definição do conceito de refugiado. Apesar de fazer uso do conceito clássico da Convenção de 1951, a lei brasileira não leva em conta a limitação temporal e, além disso, incorpora a

⁵⁵ BARRETO, Luiz Pulo Teles Ferreira. O Refúgio e o CONARE. In: ACNUR e INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.1, n.1, 2006.

⁵⁶ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁵⁷ Ibid.

definição ampliada de refugiado contida na Declaração de Cartagena de 1984. Aduz o art. 1º:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
 I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
 II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
 III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.⁵⁸

Os incisos I e II da referida lei trazem as definições de refugiados já contempladas pela Convenção de Genebra de 1951 mas, com relação ao primeiro deles, são importantes algumas anotações.

Em seu inciso I, tem-se que o requerente de refúgio deve encontrar-se fora de seu posto de origem, ou seja, fora do território do estado que originalmente lhe concedeu nacionalidade e, no caso de uma pessoa apátrida, fora do seu país de residência habitual, por fundados temores de ser perseguida.⁵⁹

Conforme o entendimento do ACNUR, não há exceções a essa regra, pois não se pode admitir que haja intervenção enquanto a pessoa se encontrar dentro da jurisdição do seu país de origem - ou de residência habitual, no caso de apátrida.⁶⁰ O receio de ser perseguido não precisa acontecer, necessariamente, por toda a extensão do território do país de nacionalidade do requerente, podendo ocorrer apenas em parte da nação. O próprio CONARE já anotou que o princípio da extraterritorialidade do refúgio contido na expressão *encontra-se fora do país de nacionalidade*, não obriga que o solicitante tenha saído de seu país devido a fundados temores de perseguição.⁶¹

⁵⁸ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁶¹ ACNUR, CONARE. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil**: Decisões comentadas do CONARE. Brasília: ACNUR, CONARE, 2007.

A perseguição e/ou o seu fundado temor são as fontes mestres da concessão do refúgio por parte do estado brasileiro, a ausência desses é um impedimento basilar para o reconhecimento da condição de refugiado de acordo com a Lei nº 9474/97.

O inciso III insere as contribuições africana e latino-americana, referentes à definição ampliada.

Fruto da contribuição da Declaração de Cartagena, o inciso III inclui, às possibilidades de concessão do *status* de refugiado, as condições de (1) existência de grave e generalizada violação de direitos humanos no país de nacionalidade do solicitante e (2) que se encontre fora do mesmo. Pelo entendimento de Antonio Fortín, a expressão “grave e generalizada violação dos direitos humanos” deve ser aplicada em referência a certas situações nas quais existe um número considerável de violações e quando estas demonstram uma natureza particularmente séria.⁶²

Para a caracterização dessa hipótese, o CONARE tem considerado três importantes condições com relação ao país de origem do refugiado: a total incapacidade de ação ou a inexistência de entes confortadores de um Estado Democrático de Direito, como as instituições representativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a observação da falta de uma paz estável no território em questão; e o reconhecimento por parte da comunidade internacional que este território se encontra na situação descritiva do inciso.⁶³

Nas palavras de Guilherme de Assis Almeida, a conjugação da definição clássica e da definição abrangente transforma a lei doméstica em “uma das mais avançadas e generosas em relação à temática do Direito Internacional dos Refugiados⁶⁴. O referido artigo 1º, que traz as cláusulas de inclusão, abarca um amplo catálogo de possibilidades capazes de fazer com que seus três incisos se acoplem aos

⁶² FORTÍN, Antonio. Doctrinal Review of the broader refugee definition contained in the Cartagena Declaration. In: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Memoir of the Twentieth Anniversary of the Cartagena Declaration on Refugees**. San José, C.R.: Editorama, 2005.

⁶³ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do Século XXI. In: FERREIRA BARRETO, Luiz Paulo Teles (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR, MJ. 2010.

⁶⁴ ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e Não-Violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

mais diversos cenários imagináveis. Segundo Renato Zerbini Leão, trata-se de um “importante manancial de proteção da pessoa humana em situação de refúgio.”⁶⁵

1.2.3 O Princípio do *Non-Refoulement*

Entende-se como princípio do *non-refoulement* (do francês *não devolução*) uma garantia do direito internacional dos refugiados, conforme o qual o solicitante de refúgio não poderá ser encaminhado a um país onde possa sofrer uma perseguição ameaçadora ou violadora de seus direitos fundamentais⁶⁶.

O vocábulo *refoulement*, conforme a opinião do Professor Atle Grahl-Madsen, é uma expressão usada na França e Bélgica para descrever um jeito mais informal de remoção de pessoas de seus territórios, além da não admissão delas nas suas fronteiras⁶⁷. Para o direito internacional, por outro lado, a expressão traduz o *ato jurídico através do qual um Estado devolve um indivíduo que se encontra sob sua jurisdição a um outro Estado*⁶⁸. Assim, no contexto do direito internacional dos refugiados, *refoulement* se refere ao gênero abrangente de várias espécies que visam a saída compulsória do estrangeiro do território nacional.

O conteúdo do princípio pode ser encontrado em tratados de direitos humanos, tais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (art. 22(8))⁶⁹ e, mais recentemente a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura em

⁶⁵ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Memória Anotada, Comentada e Jurisprudencial do Comitê Nacional para Refugiados - CONARE**. Disponível em: < <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5405.pdf?view=1>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

⁶⁶ LEAGUE OF NATIONS. **Convention Relating to the International Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3dd8cf374.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

⁶⁷ GRAHL-MADSEN, Atle. **Commentary on the Refugee Convention 1951**. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/4785ee9d2.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

⁶⁸ FILHO, José Francisco Sieber Luz. Non-refoulement: breves considerações sobre o limite jurídico à saída compulsória do refugiado. In: ARAUJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

⁶⁹ ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **American Convention on Human Rights, "Pact of San Jose", Costa Rica**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b36510.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

1984 (art.3º)⁷⁰ e a Declaração de Cartagena de 1984 (quinta conclusão)⁷¹. Em função da vasta gama de tratados onde o referido princípio é encontrado, Cançado Trindade, ao discorrer sobre o tema, defende que o *non-refoulement* integra o rol de princípios básicos que formam um mínimo irreduzível dos direitos da pessoa humana.⁷²

A eficácia do referido princípio é condição *sine qua non* para a real proteção internacional dos refugiados. É compreendido pela doutrina como um pilar de aplicabilidade da proteção do refugiado e, em sua ausência, a proteção restaria vazia e ineficiente.⁷³

Diante do exposto, concluímos que o princípio da não-devolução está presente tanto na primeira etapa de proteção internacional dos refugiados - que garante as condições para o reconhecimento do *status* de refugiado -, quando na segunda - que garante os direitos decorrentes desse reconhecimento. Dessa forma, temos que o Estado de acolhida do requerente está impedido de entregá-lo a um outro Estado que o esteja perseguindo, sendo que essa proibição também abrange os solicitantes de refúgio que se encontrem em território do Estado em busca de proteção.

Importante salientar que, no âmbito da discussão acerca do princípio do *non-refoulement*, aplica-se às pessoas que ainda não tiveram declarado o seu *status* de refugiado o mesmo tratamento prestado àquelas que já o tiveram. Isso foi confirmado pelos Estados na conclusão número 6 do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ExCom):

No. 6 (XXVIII) - 1977
Conclusões EXCOM, 12 de Outubro de 1977
O Comitê Executivo,

⁷⁰ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3a94.html>>. Acesso em: 18 set 2014.

⁷¹ REGIONAL REFUGEE INSTRUMENTS & RELATED. **Cartagena Declaration on Refugees, Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b36ec.html>>. Acesso em: 19 set. 2014.

⁷² CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto; SANTIAGO, Jaime Ruiz de. **La Nueva Dimensión de las Necesidades de Protección del ser Humano en el Inicio del Siglo XXI**. 2 ed. San José, C.R.: Impresora Gossesstra Internacional, 2002.

⁷³ FILHO, José Francisco Sieber Luz. Non-refoulement: breves considerações sobre o limite jurídico à saída compulsória do refugiado. In: ARAUJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

- (a) Relembrando que o princípio humanitário fundamental do *non-refoulement* se encontra expresso em diversos instrumentos internacionais adotados a nível universal e regional e é geralmente aceito pelos Estados;
- (b) Expressou profunda preocupação quanto à informação prestada pelo Alto Comissário que, embora o princípio do *non-refoulement* seja na prática largamente observado, em certos casos tem sido ignorado;
- (c) Reafirma a importância fundamental da observância do princípio do *non-refoulement* - tanto nas fronteiras, quanto no interior do território de um Estado - a pessoas que podem estar sujeitas a perseguição se reenviadas para o seu país de origem, quer tenham sido ou não formalmente reconhecidas como refugiados.⁷⁴

A razão da ampla aplicação do princípio do *non-refoulement* está descrita na Nota sobre Proteção Internacional de 1993:

O respeito pelo princípio do *non-refoulement* exige que os requerentes de asilo, ou seja, pessoas que alegam ser refugiadas, sejam protegidas contra o reenvio a um local onde a sua vida ou liberdade podem ser ameaçadas até que o seu *status* de refugiados tenha sido definido com segurança. Todo o refugiado é, inicialmente, um requerente de asilo; assim, para a protecção de refugiados, os requerentes de asilo devem ser tratados, até à determinação do seu *status*, no pressuposto de que podem ser refugiados. Caso contrário, o princípio do *non-refoulement* não asseguraria uma protecção efetiva aos refugiados, porque os requerentes poderiam ser rejeitados nas fronteiras, ou reenviados para uma situação de perseguição, com o fundamento de que o seu pedido ainda não tinha sido analisado.⁷⁵

A Convenção de 1951, em seu art. 33, §1º, traz a definição do princípio em comento:

Nenhum dos Estados Membros expulsará ou devolverá, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida ou liberdade seja

⁷⁴ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Conclusions Adopted by the Executive Committee on the International Protection of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4b28bf1f2.html>>. Acesso em: 19 set. 2014. *The Executive Committee*,

(a) *Recalling that the fundamental humanitarian principle of non-refoulement has found expression in various international instruments adopted at the universal and regional levels and is generally accepted by States;*

(b) *Expressed deep concern at the information given by the High Commissioner that, while the principle of non-refoulement is in practice widely observed, this principle has in certain cases been disregarded;*

(c) *Reaffirms the fundamental importance of the observance of the principle of non-refoulement – both at the border and within the territory of a State of persons who may be subjected to persecution if returned to their country of origin irrespective of whether or not they have been formally recognized as refugees.*

⁷⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Note on International Protection (submitted by the High Commissioner).** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae68d5d10.html>>. Acesso em: 19 set. 2014. *Respect for the principle of non-refoulement requires that asylum-seekers, that is, persons who claim to be refugees, be protected against return to a place where their life or freedom might be threatened until their status as refugees has been reliably ascertained. Every refugee is, initially, also an asylum-seeker; therefore, to protect refugees, asylum-seekers must be treated on the assumption that they may be refugees until their status has been determined. Otherwise, the principle of non-refoulement would not provide effective protection for refugees, because applicants might be rejected at borders or otherwise returned to persecution on the grounds that their claim had not been established.*

ameaçada por conta da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.⁷⁶

Assim, a recondução do refugiado é proibida não somente ao seu país de origem, mas também para quaisquer outros países onde sua vida ou sua liberdade possam estar ameaçada pelas razões acima expostas.⁷⁷

O referido princípio foi recebido pela lei brasileira nº 9.474/97, que trata do tema refugiados. Em seu art. 7º:

O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

§ 1º Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

2º O benefício previsto neste artigo não poderá ser invocado por refugiado considerado perigoso para a segurança do Brasil.⁷⁸

Em seguida, o art. 8º menciona que "O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes"⁷⁹ e o art. 10 corrobora tal entendimento e ainda estabelece que a simples solicitação do refúgio já tem o condão de suspender os procedimentos administrativos ou criminais contra o solicitante⁸⁰.

Dessa forma, conclui-se que o princípio da não-devolução encontra aplicabilidade na ordem jurídica brasileira no sentido de impedir que o estrangeiro que solicita o reconhecimento da sua condição de refugiado seja compulsoriamente devolvido a um território que venha a atentar contra sua vida ou liberdade.

⁷⁶ UN GENERAL ASSEMBLY. **Convention Relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 19 set. 2014. *No Contracting State shall expel or return ("refouler") a refugee in any manner whatsoever to the frontiers of territories where his life or freedom would be threatened on account of his race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion.*

⁷⁷ GRAHL-MADSEN, Atle. **Commentary on the Refugee Convention 1951**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4785ee9d2.html>>. Acesso em: 19 set. 2014.

⁷⁸ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Ibid.

Assim, é importante que tenham sido feitas essas considerações, pois a mídia e certos grupos de pessoas defendem que os ganeses devem ser enviados de volta ao seu país sem que sequer seja feito um estudo atencioso e individualizado de sua condição.

Nas seções seguintes, passaremos a uma investigação da situação do país de origem dos solicitantes de refúgio tratados neste trabalho, bem como uma análise dos motivos que os levaram a abandonar sua pátria.

2. DE GANA AO BRASIL

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PAÍS AFRICANO

A República do Gana é um país da África Ocidental, limitado ao norte por Burkina Faso, a leste por Togo, a oeste pela Costa do Marfim e seu litoral, ao sul, é banhado pelo Golfo da Guiné.⁸¹ Em tempos pré-coloniais, o país foi habitado por antigos reinos e povos denominados Akan, que foram os responsáveis por começar a comercializar seu ouro com outros estados africanos. O comércio com países europeus começou após o contato com o Império Português no século XV e durante muitos anos o país se viu dominado por diversos povos.⁸² Em 1874 os ingleses estabeleceram a então Costa do Ouro (hoje Gana) como sua colônia e foi somente em 1957 que o país conquistou sua independência.⁸³

Gana é dividida em 10 regiões, sendo que cerca de 70% da população vive na metade sul do país. A maior densidade demográfica está nas áreas próximas à costa, com destaque para a região de Ashanti e para as duas cidades principais: Accra e Kumasi.⁸⁴

Segundo dados da Embaixada de Gana nos Estados Unidos da América, o país africano possui cerca de 52 grupos étnicos dividindo a mesma nação, na maioria das vezes de forma pacífica. Akan é o grupo mais numeroso, com cerca de 47,5% do total de pessoas. Com números ainda expressivos, tem-se os Mole-Dagbon e os Ewe, respectivamente com 16,6% e 13,9% da população. As demais etnias possuem percentagens inferiores a 10%. No censo de 2012, a população estimada foi de 25 milhões de pessoas, sendo 51% de mulheres e 49% de homens.⁸⁵

⁸¹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸² GOVERNMENT OF GHANA OFFICIAL PORTAL. **Ghana At A Glance**. Disponível em: <<http://www.ghana.gov.gh/index.php/about-ghana/ghana-at-a-glance/455-pre-colonial-ghana>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸³ SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **Ghana Demands Independence from Britain**. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/ghana-demands-independence-britain>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸⁴ EMBASSY OF GHANA IN THE UNITED STATES. **About Ghana**. Disponível em: <<http://www.ghanaembassy.org/index.php?page=population>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸⁵ Ibid.

No âmbito religioso, a população cristã representa 71,2% do total, seguido por muçulmanos (principalmente ao norte do país, representam 17,6% dos habitantes de Gana) e religiões tradicionais de matrizes africanas (5,2%).⁸⁶

A constituição de Gana de 1992 determinou um sistema de governo multipartidarista com parlamento unicameral e presidente eleito por voto universal para um mandato de quatro anos.⁸⁷

Segundo informações do site da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (mais conhecida por sua sigla em inglês, CIA), a economia de Gana, nos últimos anos, tem melhorado a passos lentos.⁸⁸ O país é bem servido de recursos naturais e a agricultura representa cerca de um quarto do PIB, empregando mais da metade da força de trabalho (56%)⁸⁹. A maioria desses agricultores, especialmente os mais pobres, não podem bancar a compra de maquinário e produtos químicos necessários para a produção em larga escala, resultando em uma produção mais próxima à de subsistência.⁹⁰

O país passa, atualmente, por situações relacionadas a dois anos de política fiscal frouxa e de uma moeda depreciada. O presidente John Dramani Mahama enfrenta desafios em sua gestão, pois a população está descontente com os padrões de vida e percebe que não estão colhendo os benefícios que merecem graças à corrupção política. Cerca de 28,5% da população está abaixo da linha da pobreza e a taxa que compara receitas e despesas do governo é de -9,5% do PIB.⁹¹

O fato de a maior parte da força de trabalho estar no campo trabalhando na agricultura está diretamente ligada às más condições de vida do povo ganês. A título

⁸⁶ EMBASSY OF GHANA IN THE UNITED STATES. **About Ghana**. Disponível em: <<http://www.ghanaembassy.org/index.php?page=population>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸⁷ GHANA. **Constitution of the Republic of Ghana**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b5850.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸⁸ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ AFRICA AND THE WORLD. **Poverty In Ghana Has Several Causes**. Disponível em: <<http://www.africaw.com/forum/f17/poverty-in-ghana-poverty-in-ghana-has-several-t1221/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁹¹ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, op. cit.

exemplificativo, cita-se o acesso a instalações sanitárias. Apenas 14,4%⁹² da população tem acesso a alguma das seguintes instalações: descarga para um sistema de esgoto canalizado, fossa séptica ou latrina; latrina com laje ou banheiro com compostagem.⁹³

2.2 GANA HOJE: VIOLÊNCIA ESTRUTURAL OU APENAS ECONÔMICA?

2.2.1 Considerações sobre a violência

A discussão acerca do tema violência é comum e a situação do mundo parece cada vez mais grave, passando longe de ser um lugar tranquilo e seguro para se viver. No entanto, algumas considerações são importantes.

De acordo com Pinheiro e Almeida⁹⁴, etimologicamente falando, a palavra *violência* provém do latim *violentia*, que significa *veemência*, *impetuosidade* e deriva da raiz latina *vis* (força). Contudo, embora a força seja o cerne da violência, não é somente o uso da força propriamente dita que define um ato violento. Os mesmos autores, ao buscarem a definição da Organização Mundial da Saúde sobre o termo *violência*, a definem como

[...] o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.⁹⁵

Esse uso do *poder* ou da *força* de forma intencional, que causa danos aos violentados, não é necessariamente físico, mas pode também ser psicológico, a privação de algo ou a negligência. Nesse sentido, a agressão física ou verbal, abuso sexual, abandono ou a violação dos direitos humanos, dentre outros, são considerados atos de violência.

⁹² CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁹³ Id. **The World Factbook References: Definitions and Notes**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/notesanddefs.html?fieldkey=2217&alphaletter=S&term=Sanitation%20facility%20access>>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁹⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis Pereira. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

⁹⁵ ASSIS, Simone Gonçalves et. al. **Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

Em uma discussão subjetiva de violência, Soares e Carneiro resgatam conceitos de Marx e Engels, que destacam a condição sócio-histórica da violência, consideram os fatores sociais, econômicos e políticos, no tocante da luta de classes do capitalismo, como determinantes da violência de forma estrutural.⁹⁶ Conforme o ensinamento dos autores, a violência

[...] no pensamento marxista confunde-se com a natureza mesma da dinâmica social: a luta de classes. Conseqüentemente, só seria possível detê-la ou submetê-la a um controle efetivamente justo quando fossem extintas as classes e os conflitos que desencadeiam.⁹⁷

Nos estudos de Marx sobre o capitalismo, a violência, apesar de não ser o ponto principal de suas reflexões, aparece nas relações de classe através da exploração do processo produtivo que se manifesta de múltiplas formas na sociedade contemporânea resultando, por exemplo, no desemprego, na miséria e na fome.⁹⁸ Nesse sentido, Dione Lolis acredita que:

Quanto às origens da violência, verifica-se que ela surge nesse contexto identificada a diferentes causas, que vão desde a desigualdade social e as suas diferentes manifestações até o “sangue ruim”, ou seja, a violência apresenta um conjunto de causas vinculadas a fatores econômicos, políticos, sociais, históricos, culturais, ético-morais, psicológicos, biológicos, jurídicos e à mídia. Conjunto de causas aparece entrelaçado como uma rede, são transversais aos discursos e apresentam uma historicidade. Entretanto, os determinantes macroestruturais são predominantes. O Estado é apresentado como o principal agente da violência que se origina na desigualdade social.⁹⁹

No âmbito da discussão da violência estrutural, interessante destacar o ensinamento de Maria Fernanda Tourinho Peres, que estabelece uma relação entre os fatores geradores de violência e o contexto existente:

A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como

⁹⁶ SOARES, Luis Eduardo; CARNEIRO, Leandro Piquet. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: **Violência Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relumi Dumará: ISER, 1996.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ LOLIS, Dione. **A violência cotidiana em diferentes espaços institucionais da periferia da cidade de Londrina**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n1_lollis.htm#_edn1>. Acesso em. 21 set. 2014.

⁹⁹ Ibid.

esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, São favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos.¹⁰⁰ (Grifei)

Os estudos de José Fernando Siqueira Silva trazem uma discussão específica da violência estrutural. O autor afirma que essa forma de violência consiste na imposição de regras, valores e normas, de forma que estas pareçam naturais e necessárias ao desenvolvimento da sociedade rumo ao progresso. Essa violência envolve tanto o caráter econômico (estrutura), quanto o ideológico (superestrutura), uma vez que a ação violenta se dá no plano material, mas a ideologia é utilizada para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível.¹⁰¹

Ainda conforme os ensinamentos de Silva,

A principal característica dessa forma de violência é a sua sutileza e discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais [...], sustentada na naturalização da pobreza e da desigualdade social.¹⁰²

Ao falarmos de violência estrutural, é impossível não remetermos ao Estado, uma vez que este tem o papel de criar respostas de enfrentamento às situações de violência, seja ela do tipo que for, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Pelo menos é isso que deveria acontecer na teoria. Hoje, vê-se que, em muitos países, o Estado está cada vez mais a favor do capital, criando políticas que acabam por perpetuar a violência estrutural, ao invés de tomar medidas que visem garantir e defender direitos e regular a vida em sociedade.

No âmbito de discussão da violência estrutural - e também das dificuldades econômicas que esse tipo de violação traz à sociedade -, cabe a análise de alguns dados e informações acerca do país africano objeto de estudo deste trabalho. Será demonstrado que, apesar de muito se falar em um Estado ganês afastado de

¹⁰⁰ PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e Controle: Oposição ou Complementaridade para a Redução da Violência?** In: Revista Ciência e Cultura. Sociedade brasileira para o progresso da ciência. Ano 54 nº1. Jul/ago/set 2002.

¹⁰¹ SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

¹⁰² Ibid.

violência e conflitos, outros tipos de agressão ocorrem diariamente contra milhares de pessoas devido à dificuldade de entender outros grupos minoritários da sociedade como seres humanos que merecem ter seus direitos preservados.

2.2.2 Um primeiro olhar focado em Gana: A Revisão Periódica Universal de 2008

Com a intenção de promover uma análise da situação dos direitos humanos nos seus Estados-membros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) criou um mecanismo inovador: a Revisão Periódica Universal (RPU). O mecanismo tem a periodicidade de quatro anos e meio, quando é desenvolvida uma revisão que tem por objetivo avaliar o cumprimento, por parte dos Estados, das obrigações e compromissos internacionais assumidos em matéria de direitos humanos.¹⁰³

É dever do Conselho responsabilizar-se por promover o respeito universal pela proteção dos direitos humanos e liberdades individuais para todos, sem distinção de qualquer tipo. No caso de serem encontradas situações em desacordo com esse princípio, incluindo violações flagrantes e sistemáticas, cabe ao CDH chamar a atenção do país e fazer as respectivas recomendações.

A RPU é um exercício entre pares, ou seja, são os Estados que se analisam. Na primeira etapa, são elaborados três relatórios que servirão de base à Revisão: um deles é enviado pelo Estado sob revisão (EsR) com uma auto-análise; o segundo é preparado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e contém informações dos órgãos e mecanismos da ONU sobre o EsR; e finalmente uma compilação preparada pela ONU a partir de contribuições de outras partes interessadas na revisão (*stakeholders*), tais como ONGs e membros da sociedade civil.¹⁰⁴

¹⁰³ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution Adopted by The General Assembly, 60/251.** Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/A.RES.60.251_En.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

¹⁰⁴ CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **O que é a Revisão Periódica Universal?** Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/1-o-que-e-a-revisao-periodica-universal>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Em seguida, na segunda etapa, passa-se então à fase de diálogo interativo onde, considerando os relatórios elaborados na fase anterior, os Estados-membros fazem perguntas e recomendações no sentido de promover uma melhora na observação dos direitos humanos no EsR.¹⁰⁵

Na terceira fase, é feito um relatório final contendo as recomendações a serem implantadas pelo Estado sob revisão e, por fim, passa-se à fase de implementação das mencionadas recomendações.¹⁰⁶

Foi acordado, por meio de Resolução, que o segundo ciclo e os subsequentes passarão a focar na implementação das recomendações aceitas e o desenvolvimento da situação dos direitos humanos no país revisado.¹⁰⁷

Especificamente no caso de Gana, a primeira revisão aconteceu em 2008. Pelo fato de o relatório preparado pelo Estado africano parecer um pouco tendencioso e parcial, passemos direto à análise feita pelos *stakeholders*.

Quanto aos direitos à vida, liberdade e segurança da pessoa humana, a *Amnesty International* (AI) destacou que a legislação nacional mantém a pena de morte para certos tipos de ofensas. Apesar de não ter promovido nenhuma execução desde 1993, a última condenação a pena de morte ocorreu em Agosto de 2005. É de se observar que, até 2008, não haviam sido tomadas quaisquer medidas para abolir legalmente a pena de morte e, de acordo com o serviço ganês de prisões, existiam ainda 106 prisioneiros no corredor da morte.¹⁰⁸

A *Food First Information & Action Network International* (FIAN) relatou que companhias mineradoras multinacionais são grandes responsáveis por violações de direitos humanos, sendo em muitos casos a própria segurança privada dessas companhias as responsáveis por tais atos. Essa segurança contratada, auxiliada por

¹⁰⁵ CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **O que é a Revisão Periódica Universal?** Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/1-o-que-e-a-revisao-periodica-universal>>. Acesso em: 20 set. 2014.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1.** 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

policiais armados e soldados, costumam conduzir "operações" ostensivas para repreender pequenos mineradores. Essas "operações" costumam ser invasões muito violentas e sangrentas às comunidades, causando violações grosseiras aos direitos humanos. A FIAN declarou que um número desconhecido de pequenos mineradores foi baleado, espancado e mutilado por membros da segurança privada e das forças do Estado. As empresas regularmente utilizam a mídia para ameaçar essas comunidades com alegações de que vão trazer forças militares.¹⁰⁹

Assim, a FIAN recomendou que o Governo garantisse soluções eficazes para vítimas da violência do Estado e das referidas empresas, assegurando que os perseguidores que agem em nome do Estado ou empresas privadas sejam processados e sejam criadas medidas para evitar novas violações de direitos humanos em comunidades mineiras. Mais especificamente, a FIAN recomendou que o governo permitisse que a *Commission on Human Rights and Administrative Justice* (CHRAJ) desempenhasse um papel decisivo na investigação de supostas violações de direitos humanos em comunidades mineiras, na revisão da legislação e na educação acerca de direitos humanos. Aconselhou também que fossem suspensas imediatamente as operações de expulsão promovidas pelas forças armadas e pela polícia contra pequenos mineradores e que sejam investigadas com afinco as prováveis violações coletivas por eles sofridas. Por fim, recomendou que houvesse um melhor treinamento da polícia local para que aja de forma independente dos interesses das companhias.¹¹⁰

A CHRAJ informou que a Constituição proíbe todas as práticas costumeiras que de alguma forma sejam desumanas ou prejudiciais para o bem estar físico e mental de uma pessoa. No entanto, práticas culturais repugnantes como a Mutilação Genital Feminina (MGF), *trokosi* (servidão ritual que inclui abuso sexual e trabalho forçado) e rituais de viuvez desumanas e prejudiciais persistem em várias comunidades em Gana, apesar de leis que proíbem diversos desses atos. Além deles, continua havendo tratamento desumano contra mulheres suspeitas de praticarem rituais

¹⁰⁹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1**. 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹¹⁰ Ibid.

de bruxaria no norte do país. O *Centre On Housing Rights and Evictions* (COHRE) recomendou que o Governo conduzisse investigações acerca dessas situações e sensibilizasse as comunidades a darem fim ao banimento dessas mulheres. Além disso, orientou que as mulheres mantidas em “campos de bruxas” (do inglês, *witchcamps*) sejam libertas e reintegradas à sociedade.¹¹¹

Com relação a direitos de privacidade, a *International Lesbian and Gay Association* (ILGA) e outras organizações ligadas aos direitos de igualdade de gênero reportaram que Gana mantém, em seu Código Criminal¹¹², sanções contra pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, ainda que de forma consensual.¹¹³

A *Commonwealth Human Rights Initiative* (CHRI) observou que a liberdade e independência dos meios de comunicação em Gana está contida no Capítulo 12 da Constituição que, além disso, protege a mídia de perseguição e censura. Apesar disso, ainda há certa intolerância quando o assunto está relacionado a partidários de partidos políticos.¹¹⁴

A mesma CHRI informou que apesar de existirem leis que protegem a liberdade econômica, social e cultural, esses direitos continuam sendo percebidos como categoria secundária e, na prática, recebendo menos atenção. Um exemplo claro é o direito à moradia adequada prevista pelo artigo 11¹¹⁵ do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (do inglês, *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights - ICESCR*). Segundo o dispositivo, os Estados que assinaram o pacto reconhecem o direito de qualquer pessoa a um padrão de vida adequado a si e a sua família, o que inclui comida, vestuário, moradia e a melhora contínua nas condições de vida. E vai além, prevendo que esses Estados devem tomar as medidas adequadas

¹¹¹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1**. 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹¹² GHANA. **Criminal Code**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/88530/101255/F575989920/GHA88530.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹¹³ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. op. cit.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cescr.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2014.

para a realização desses direitos e reconhecendo a importância da cooperação com o Governo de outros países.

Em Gana, despejos forçados têm resultado no deslocamento de centenas de cidadãos sem provisão de medidas alternativas ou compensatórias, em contradição ao referido direito e ao pacto assinado. Isso ainda é agravado pela ausência de uma política nacional a respeito de desapropriações, necessária para orientar e regulamentar tais práticas.¹¹⁶

Sobre o mesmo problema, a CHRAJ mencionou que mesmo que o país tenha assinado e ratificado o ICESCR e o Governo tenha se comprometido no Programa Habitacional, uma série de desapropriações forçadas envolveu aproximadamente 7000 pessoas no ano de 2006. Essas evicções privaram centenas de famílias, mulheres e crianças de suas moradias e, em diversos casos, de suas formas de ganhar a vida. No mesmo ano, uma balsa que retirava ganeses de suas terras de forma forçada emborcou, causando a morte de diversas pessoas.¹¹⁷

A AI reportou que essas evicções forçadas têm sido realizadas sem consulta, aviso, compensação ou acomodação alternativa adequados. Há relatos de cidadãos que foram violentamente forçados para fora de suas casas e colocados dentro de balsas e, no processo, foram rudemente agredidos. A CHRAJ observou que o Governo, apesar de reconhecer sua responsabilidade no referido desastre, ainda não procedeu a uma compensação das vítimas, sequer havia fornecido abrigo. A Amnesty International apelou às autoridades que imediatamente cessassem com os despejos forçados em todas as áreas do país e que fossem assegurados, com urgência, aos despejados, abrigo, acesso a alimentos e água potável, saneamento e serviços de assistência médica.¹¹⁸

Com relação às desapropriações de agricultores de suas terras, a FIAN reportou que a mineração de superfície é a principal forma de extração de recursos

¹¹⁶ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1.** 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ Ibid.

minerais no país. Grandes áreas foram entregues para a exploração e eventual aproveitamento. No distrito de Wassa West, 40% da superfície é coberta por concessões de mineração. A resultante escassez das terras leva a sérios problemas da falta de área para a agricultura e, assim, ao desemprego nas áreas de mineração. Essa prática de exploração da terra requer o deslocamento de agricultores e, frequentemente, milhares são afetados.¹¹⁹

A FIAN informou que, nas últimas décadas, a compensação dada aos agricultores por terem de deixar suas terras têm sido insuficiente. Em vários casos, a fazenda é destruída sem o consentimento do agricultor. Como resultado, as famílias se tornam empobrecidas e incapazes de enviar seus filhos à escola, pagar despesas médicas e investir em uma nova fazenda em outro local. Além disso, as atividades de mineração, não raramente, envolvem a destruição de florestas que fornecem alguns alimentos ou lenha às famílias. Essa situação oferece uma grave ameaça aos direitos à alimentação, saúde e educação.¹²⁰

Em 2006, uma regulamentação acerca da mineração entrou em vigor em Gana mas, apesar de haver menções ao pagamento de compensações aos agricultores, falta clareza e objetividade sobre a forma em que esse tipo de reparação será feita.¹²¹

Com relação ao direito à moradia, a FIAN observou que a lei que regula a relação entre proprietários e inquilinos é ineficaz, pois não é dada atenção aos mais pobres e marginalizados. O COHRE informou que a falta de previsão constitucional expressa ao direito de moradia, juntamente com falhas nas leis e políticas que regem a habitação em Gana teve um efeito muito negativo sobre o povo. São questões relativas aos altos custos de aluguéis, apesar dos baixos rendimentos, escassez no parque habitacional, dificuldade na aplicação da lei de locação com relação a inquilinos monetariamente menos favorecidos, crescimento dos assentamentos informais e

¹¹⁹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1.** 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

despejos forçados. Ainda segundo o COHRE, o governo deve assegurar uma política de remoção mais favorável aos moradores de favelas, que assegure seus direitos à moradia, fornecendo ao menos uma infra-estrutura mínima, com estradas, unidades de saúde, instalações sanitárias e água encanada.¹²²

No que tange os direitos à educação, a CHRAJ reportou que, apesar de a constituição ganesa garantir acesso à educação básica, este tipo de serviço não é privilégio de todos. Os problemas são muitos, que vão desde a falta de orçamento do governo para cobrir os custos da educação básica, até a falta de escolas. Estima-se que cerca de 1.357.000 de crianças não frequentavam a escola em 2006. Enquanto isso, são abundantes as alegações de má gestão, corrupção e conflitos de interesses dentro da entidade gestora da alimentação em escolas ganesas. O CHRAJ recomendou que o governo estendesse urgentemente o programa de alimentação escolar para cobrir todas as crianças do país, além de conduzir um inquérito sobre a alegada má gestão que assola o programa.¹²³

Ao final do relatório apresentado pelos *stakeholders* em 2008, foram elogiados os avanços do governo no que diz respeito à violência doméstica e outras áreas da proteção aos direitos humanos. Entretanto, declararam que diversas medidas ainda deveriam ser tomadas para aumentar as garantias aos direitos de seu povo e chamaram atenção aos desafios relacionados à corrupção e à integridade do setor público, que devem ser tomadas como prioridade nos próximos anos.¹²⁴

Por sua vez, em seu relatório, os Estados-membros da ONU fizeram suas considerações e recomendações.

A República Tcheca recomendou o fortalecimento das estruturas judiciais quanto à adoção de medidas contra a corrupção no judiciário e a introdução de mais educação e treinamento para a polícia, tribunais e serviços sociais. Levantou questões como os já mencionados rituais de viuvez, a mutilação genital feminina, a *trokosi*

¹²² UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1.** 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Ibid.

(servidão ritual que inclui abuso sexual e trabalho forçado) e a violência contra mulheres tidas como bruxas. Enfatizou também a questão de assistência e reintegração dessas mulheres à sociedade e a investigação e punição contra esses tipos de violência, além da descriminalização das relações homoafetivas. Por fim, recomendou que o país adote medidas, inclusive legislativas, e campanhas de sensibilização contra essas práticas tradicionais e de agressão a estereótipos.¹²⁵

Cuba, apesar de reconhecer certas melhorias no país africano no que tange a luta contra a pobreza, a violência doméstica e o trabalho infantil, recomendou que fosse também dada atenção aos direitos econômicos, sociais e cultural de seu povo.¹²⁶

A Suíça recomendou que Gana aumentasse os esforços para proteger os direitos das mulheres e das crianças, pois certas práticas culturais e tradicionais constituem uma violação dos direitos humanos. Ressaltou que a brutalidade policial tem aumentado, bem como casos de justicamento (a conhecida “justiça com as próprias mãos”), talvez impulsionados pela morosidade da justiça, recomendando que houvesse combate à brutalidade policial e reforma do sistema judicial.¹²⁷

2.2.3 Melhorias em Gana? A Revisão Periódica Universal de 2012

No ano de 2012, procedeu-se a segunda Revisão Periódica Universal. Da mesma forma com que trabalhamos no subitem anterior - e pelos mesmos motivos -, passemos direto à análise do relatório oferecido pelos *stakeholders* nessa oportunidade.

A Amnesty International destacou que, apesar de Gana ter, na prática, suspenso as execuções por pena de morte, ainda há esse tipo de sanção na legislação e as sentenças continuam a ser proferidas. No final de 2011, 138 pessoas

¹²⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Report of the Working Group on the Universal Periodic Review**. Disponível em: <lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/Session2/GH/A_HRC_8_36_Ghana_E.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Ibid.

estavam no corredor da morte, incluindo 4 mulheres. Na revisão de 2008, o país estava há 15 anos sem executar prisioneiros. Quatro anos depois, na revisão de 2012, Gana manteve zerada esta conta. Como já havia feito anteriormente, a AI recomendou que o país abolisse, de uma vez por todas, a previsão de pena de morte em sua Constituição.¹²⁸

A CHRI destacou que desde a RPU de 2008, quando recomendou fosse melhorado o combate e sanção a brutalidades policiais, muito pouco foi feito para responsabilizar e punir esses oficiais. A administração da polícia não conseguiu resolver de forma eficaz os inúmeros relatos de tiros e violência contra civis. A AI informou que o uso excessivo de força e execuções ilegais por parte da polícia continua. Recomendou-se, mais uma vez, que o Governo instrísse as forças de segurança a sempre agirem de acordo com os direitos internacionais dos direitos humanos, respeitando o direito à vida e a proibição da tortura e outras práticas cruéis, desumanas e degradantes.¹²⁹

A CHRAJ destacou que as desumanas práticas de rituais de viuvez ainda são predominantes. Rituais de isolamento da viúva, danos físicos e mentais são comuns. As mulheres acusadas de praticarem bruxaria também sofrem a fúria de suas comunidades e, recebem tratamento ainda pior do que nos casos de viuvez, sendo recorrente o linchamento e o banimento da sociedade.

Ainda no que tange ao tema de tratamento preconceituoso contra mulheres, tão comum em Gana, a prática de mutilação genital feminina continua a ocorrer, principalmente nas regiões ao Norte do país, apesar de ter se tornado crime em 1994.¹³⁰

A *World Vision Ghana (WV Ghana)* indicou que muitas crianças, diante da pobreza extrema, encontram-se nas áreas de mineração quebrando pedras para

¹²⁸ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21.** 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/155/59/PDF/G1215559.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid.

vender nas ruas. A maioria delas fica exposta a diversos tipos de perigo, incluindo estupro e sequestro para o uso em rituais e até mesmo tráfico.¹³¹

Da mesma maneira que assinalado no relatório de 2008, o relacionamento homoafetivo continua sendo criminalizado, conforme o art. 104 do Código Penal ganês, que proíbe “relações não naturais”.¹³² Este dispositivo tem o efeito de encorajar a discriminação e a perseguição de pessoas com base em sua identidade e orientação sexual. A AI recomendou, mais uma vez, que Gana promovesse a proteção ao direito de homossexuais, bissexuais e transgêneros, alterando o Código Penal para anular o referido dispositivo.¹³³

A CHRI afirmou que, durante o período de análise, tinha visto declarações de membros do parlamento defendendo que o governo deveria tomar medidas contra a comunidade LGBT. Organizações como a Igreja, que exercem influencia muito forte na sociedade e política de Gana, já apelou publicamente para o fortalecimento das leis que criminalizam as relações homoafetivas. O impacto desse tipo de debate acabou sendo negativo e aumentou ainda mais a vulnerabilidade desta minoria.¹³⁴

A CHRI recomendou que Gana levasse essa questão para o Ministério Público, de forma que houvesse uma revisão da lei, repelindo o artigo que tem causado tantos problemas. Ainda, aconselhou que o Governo assegurasse que as disposições constitucionais relativas às garantias de liberdade e dignidade passassem a ser utilizadas para proteger os membros da comunidade LGBT. Além disso, fosse incentivado o diálogo e a cooperação entre os grupos da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, grupos religiosos e outras partes interessadas na descriminalização das chamadas “relações não naturais”.¹³⁵

¹³¹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21**. 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/155/59/PDF/G1215559.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹³² GHANA. **Criminal Code**. Disponível em: < <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/88530/101255/F575989920/GHA88530.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹³³ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, op. cit.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

A CHRI afirmou que o projeto de lei de direito à informação, que divulgaria os gastos do governo, ainda não havia sido aprovado. Da forma que estava sendo idealizado, o projeto acabaria por cobrir muitas informações relacionadas aos gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Ministérios. Pelo fato de este projeto não estar em conformidade com as melhores práticas internacionais, a CHRI recomendou que ele fosse imediatamente melhorado. Entre as principais sugestões, estão a criação de um órgão de supervisão independente, o aumento da divulgação e a redução das taxas de acesso à informação.¹³⁶

Sobre a liberdade de expressão, foi ressaltado que há uma crescente intolerância quanto a opiniões divergentes relacionadas ao governo, além da frequência cada vez maior de casos em que trabalhadores da mídia são atacados enquanto realizam suas atividades jornalísticas. Foi destacado pelo Conselho de Direitos Humanos que Gana deve assegurar o direito democrático de protestar e, mais que isso, garantir que os direitos à liberdade de expressão e liberdade de reunião pacífica sejam respeitados em manifestações, marchas e outras formas de protesto.¹³⁷

A ONG *Edmund Rice International* (ERI) indicou que o desemprego atinge 40% dos jovens ganeses, principalmente aqueles que vêm de famílias mais pobres. Recomendou, então, que Gana garantisse, a todos os cidadãos, iguais oportunidades de acesso ao emprego, dando especial atenção aos jovens, criando leis e políticas que assegurassem essa isonomia.¹³⁸

A CHRAJ afirmou que a pobreza em Gana continua endêmica e ainda há muito trabalho a ser feito. Tendo em vista o crescimento da população jovem no país, só aumentam as dificuldades de encontrar empregos produtivos.¹³⁹

Destacou ainda que há um grande déficit habitacional no país e que houve pouquíssima melhoria na prestação de moradia adequada para as pessoas que

¹³⁶ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21.** 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/155/59/PDF/G1215559.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

vivem em comunidades carentes, especialmente as favelas. A intervenção planejada pelo Governo para atender as necessidades de habitação estagnou, devido a problemas de financiamento. Também aconteceram demolições, por parte de autoridades locais, de casas que supostamente haviam sido construídas em locais não autorizados, levando ao aumento de protestos sobre a forma em que acontecem essas desapropriações.¹⁴⁰

A *Amnesty International* destacou que as leis de Gana não fornecem proteção adequada contra o despejo forçado. Não há qualquer referencia ao direito à moradia na Constituição. Devido ao déficit habitacional, milhares de pessoas ficaram desabrigadas e indigentes. Em Maio de 2010, centenas de pessoas foram expulsas de suas casas em uma área pobre na cidade de Kumasi. As notificações aconteceram apenas duas semanas antes e, infelizmente, não foram oferecidos alojamento alternativo ou compensação monetária.¹⁴¹

No relatório, foram mencionadas ainda questões relacionadas ao direito à educação. A CHRAJ apontou que a qualidade do ensino é questionável, já que crianças analfabetas funcionais continuam a ser aprovadas, especialmente em escolas públicas. Além disso, diversas práticas culturais ainda se manifestam nas escolas, causando a discriminação contra meninas. Assim, muitas famílias deixam de investir na educação de suas filhas.¹⁴²

A ERI afirmou que, embora as taxas de frequência escolar não sejam tão baixas em Gana, as taxas de abandono são uma preocupação. Além disso, o acesso à educação não é igual entre as crianças de família mais abastadas e os de origem mais carente (cerca de 70% das crianças ganesas). O acesso a recursos educacionais varia muito dependendo da região do país.¹⁴³

¹⁴⁰ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21.** 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/155/59/PDF/G1215559.pdf?OpenElement>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Ibid.

2.3 A VIAGEM AO BRASIL

Os meses de Junho e Julho de 2014 foram, no mínimo, diferentes para o povo brasileiro. Depois de 54 anos, a Copa do Mundo FIFA voltou ao *país do futebol* e, com ela, milhares de estrangeiros, de diversos países, embarcaram em direção ao Brasil para garantirem seu lugar no espetáculo. Para muitos, foram meses de economia de recursos e espera ansiosa para ver a seleção do seu país participar da competição. No entanto, não foi apenas esse o motivo que trouxe estrangeiros ao Brasil.

Por motivos muito mais sérios e preocupantes, centenas de ganeses deram adeus a sua nação e a sua família e rumaram ao desconhecido Brasil em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Acredita-se que o fato de o Brasil ter facilitado a expedição de vistos de turistas aos torcedores que viriam ao país para acompanhar suas seleções durante a Copa tenha sido um fator que colaborou na escolha. Segundo o Ministério da Justiça, durante o Mundial foram emitidos 8.767 vistos a cidadãos ganeses com uma validade máxima de 90 dias, mas o departamento da Polícia Federal só confirmou a entrada no país de 2.529 indivíduos desta nacionalidade, dos quais, em 12 de julho, 1.132 ainda permaneciam no Brasil.¹⁴⁴

Em 22 de julho de 2014, cerca de 500 ganeses¹⁴⁵ já haviam solicitado refúgio no Brasil. As informações de quantidade atuais são desconstruídas, mas é certo que centenas de africanos ganeses permaneceram no país sul-americano depois do fim do evento e solicitaram o *status* de refugiados.

As principais cidades escolhidas pelos estrangeiros foram Samambaia (Distrito Federal), Criciúma (Santa Catarina) e Caxias do Sul (Rio Grande do Sul). Outros grupos menores se espalharam por outras regiões do país. Na cidade gaúcha, os processos de mais de 380 cidadãos africanos se empilhavam sobre as mesas da

¹⁴⁴ EXAME. **Brasil cria grupo para expedir vistos de refugiados ganeses.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675>>. Acesso em: 30 set. 2014.

¹⁴⁵ Ibid.

Polícia Federal e, somados aos mais de 260 pedidos encaminhados em Criciúma, a Polícia Federal, os ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho, junto com as secretarias municipais e estaduais se viram forçados a organizar mutirões para regularizar as situações dos requerentes.¹⁴⁶

Conforme aduz o art. 9º da Lei Federal 9.474/97,

a autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado e preparar termo de declaração, que deverá conter as circunstâncias relativas à entrada no Brasil e às razões que o fizeram deixar o país de origem.¹⁴⁷

Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal deve emitir um protocolo em favor do solicitante autorizando sua estadia no país até que seja emitida a decisão final do processo. A partir daí, o Ministério do Trabalho poderá expedir carteira de trabalho provisória, permitindo que o solicitante exerça atividade remunerada em qualquer lugar do país.¹⁴⁸

De acordo com o que já foi apresentado nos itens anteriores, cabe, então, ao CONARE analisar o pedido de refúgio, suas razões e motivos e, por fim, declarar o reconhecimento ou não da condição de refugiado.

Infelizmente, em julho e agosto, não se podia dizer que a situação desses estrangeiros aqui no Brasil era de alguma forma mais confortável do que em seu país de origem. Em alguns casos, como em Criciúma, cerca de 50 ganeses se espremiavam em uma pequena casa de dois quartos, uma sala e uma cozinha.¹⁴⁹ Nas outras cidades, a situação não era muito diferente. Albergues da prefeitura, casas de passagem e abrigos ligados às religiões católica e muçulmana também serviram de

¹⁴⁶ GAZETA DO POVO. **Copa foi usada para fuga de ganeses para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675>>. Acesso em: 30 set. 2014.

¹⁴⁷ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 05 out. 2014.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ ZERO HORA. **Usando a Copa como desculpa, ganeses desembarcam no sul do país em busca de refúgio**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/07/usando-a-copa-como-desculpa-ganeses-desembarcam-no-sul-do-pais-em-busca-de-refugio-4552417.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.

abrigo a parte desses estrangeiros.¹⁵⁰ Foi com o recebimento da carteira temporária de trabalho e a contratação para empregos ligados principalmente aos setores de vestuário, frigoríficos e construção civil que os ganeses passaram a ver seu futuro no Brasil com mais esperança.¹⁵¹

Como pôde ser observado nas seções anteriores, diversas áreas da sociedade ganesa encontram-se em más condições. Da mesma forma, os motivos que trouxeram centenas de africanos ao país sul-americano com o intuito adquirirem o *status* refugiados são muitos. A seguir serão apresentadas e discutidas as perseguições e os temores de perseguição que parte desses imigrantes afirmam sofrer.

2.3.1 A questão religiosa em Gana e outras possibilidades de "temor de perseguição"

De acordo com dados fornecidos pela CIA - e conforme já apresentado na seção 2.1 deste trabalho -, cerca de 71,2% da população ganesa se diz cristã. Desse percentual, 28,3% são pentecostais, 18,4% são protestantes, 13,1% são católicos e 11,4% seguem outras linhas cristãs. Cerca de 17,6% dos ganeses se dizem muçulmanos, 5,2% seguem religiões africanas e os demais têm outras crenças ou se dizem ateus.¹⁵²

Não se pode dizer que existe uma ligação significativa entre etnia e religião em Gana. Entretanto, a geografia é frequentemente associada com a identidade religiosa. A maioria da população muçulmana vive no norte do país, além de grandes centros como Accra, Kumasi, Sekondi-Takoradi, Tamale, e Wa, enquanto a maior parte

¹⁵⁰ SUL 21. **Ganeses em Caxias do Sul agradecem ajuda e aguardam documentos para “começar nova vida”**. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ganeses-em-caxias-do-sul-agradecem-ajuda-e-aguardam-documentos-para-comecar-nova-vida/>>. Acesso em: 05. out. 2014.

¹⁵¹ ZERO HORA. **Usando a Copa como desculpa, ganeses desembarcam no sul do país em busca de refúgio**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/brs/noticias/noticia/2014/07/usando-a-copa-como-desculpa-ganeses-desembarcam-no-sul-do-pais-em-busca-de-refugio-4552417.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.

¹⁵² CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.

dos que seguem religiões de matriz africana residem em áreas rurais. Os cristão estão mais concentrados no sul do país.¹⁵³

A Constituição da República de Gana de 1992, em toda a sua extensão, faz diversas referências à religião. Observemos as mais importantes.

A primeira delas, ainda no preâmbulo, diz "Em nome de Deus Todo-Poderoso, Nós, o povo de Gana [...] aqui adotamos, promulgamos e damos a nós mesmos esta Constituição", em tradução livre".¹⁵⁴

O artigo 12 traz considerações acerca dos direitos humanos e liberdades fundamentais, instituindo que qualquer pessoa, independente de raça, origem, opinião política, cor, religião, credo ou sexo tem direito às garantias fundamentais e liberdades individuais contidas naquele capítulo.¹⁵⁵

Por sua vez, o artigo 17 aduz que nenhuma pessoa deve ser discriminada graças a seu sexo, raça, cor, etnia, religião, credo, *status* social ou econômico. Ainda define o que considera discriminação: tratamento, restrições ou garantias baseadas apenas nas características mencionadas.¹⁵⁶

Por fim, o artigo 21, alínea c, garante a liberdade de praticar qualquer religião e manifestar-se sobre essa prática.¹⁵⁷

Pois bem. Todas essas garantias, apesar de formalmente certificadas, não asseguram que todos os ganeses possam, de fato, manifestar suas crenças de forma totalmente pacífica.

A ARDA (*Association of Religion Data Archives*) é uma associação que disponibiliza informações acerca do tema religião e seus dados são cedidos pelos

¹⁵³ UNIVERSALIUM. **Ghana**. Disponível em: <<http://universalium.academic.ru/120160/Ghana>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁵⁴ GHANA. **Constitution of the Republic of Ghana**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b5850.html>>. Acesso em: 07 out. 2014. *In the name of the Almighty God, We the People of Ghana [...] do hereby adopt, enact and give to ourselves this Constitution*

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid.

estudiosos dos maiores centros de pesquisa do mundo relacionados ao tema.¹⁵⁸ Além de dados não tratados, também é possível ter acesso a taxas e índices calculados pelos próprios pesquisadores, muitas vezes comparando cada país ao seu continente e, mais amplamente, ao mundo.

Ao averiguar os dados de Gana, apesar de o controle governamental sobre a religião apresentar o baixo índice de 0,7 (sendo que o valor máximo é 10), não se pode afirmar que os ganeses estão livres para exercer sua religião na sociedade. Há que se destacar o controle social da religião, que seriam as atitudes que integrantes de certos grupos religiosos têm com relação a outros, seja pela tentativa de minimizar sua liberdade de atuação, seja pelo encorajamento do proselitismo religioso. O índice auferido, variante de 0 a 10, foi de 2,1. Assim, percebe-se que, em Gana, pode sim haver intolerância e discriminação por parte de praticantes de uma religião contra seguidores de outra.¹⁵⁹

Outro dado - também apresentado pela associação - que corrobora a afirmação recém feita é o de que, entre os relatórios dos anos de 2005 e 2008, um número de 500 a 1000 pessoas sofreu perseguições de cunho religioso no país africano.¹⁶⁰

Certamente não há como se falar em um exercício religioso isento de balizas no Estado ganês. De fato, a legislação vigente no país garante formalmente diversos direitos de liberdade de crença mas, na prática, percebe-se que nem sempre essas garantias de não discriminação são respeitadas.

As reportagens produzidas no Brasil acerca do tema constataam que essas perseguições religiosas constam no topo da lista de motivos que levaram ganeses a requererem refúgio no país sul-americano. Alguns afirmam que sofrem ameaças em sua nação, onde a grande maioria da população é católica.¹⁶¹ Outros, ainda no mesmo

¹⁵⁸ ASSOCIATION OF RELIGION DATA ARCHIVES. **About the ARDA**. Disponível em: <<http://www.thearda.com/about/>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁵⁹ Id. **Religious Freedom**. Disponível em: <www.thearda.com/internationalData/countries/Country_91_3.asp>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ VEJA. **Ganeses usam Copa para pedir refúgio e ficar no Brasil**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/219-ganeses-chegaram-a-caxias-do-sul-rs>>. Acesso em: 07 out. 2014.

sentido de terem suas vontades podadas graças a sua religião, alegam terem sido ameaçados por membros de seus companheiros de crença muçulmana pelo simples fato de terem ajudado um ganês cristão.¹⁶² No mesmo sentido, diversos requerentes afirmaram que, mesmo sendo muçulmanos, sofrem com conflitos entre diferentes grupos de seguidores dessa religião.¹⁶³

O Vice-Ministro da Informação de Gana, Felix Kwakye Ofori, declarou que os pedidos de refúgios feitos por ganeses no Brasil têm base completamente falsa, afirmando que o país não passa por qualquer instabilidade ou conflito ligado a religião.¹⁶⁴ A irmã Maria do Carmo, coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) de Caxias do Sul, no entanto, relatou que a declaração feita por Ofori irritou os solicitantes que estão abrigados nessa instituição. Disseram os ganeses que o governo não faz nada por eles e que, apesar de não existir guerra civil, existem problemas e questões específicas em cada região do país, às quais as autoridades não dão atenção.¹⁶⁵

Ainda sobre problemas ligados à liberdade religiosa, relata-se que Gana tem testemunhado disputas e conflitos entre seguidores da religião Ga e algumas igrejas cristãs, graças à proibição do uso de instrumentos de som por parte da crença de origem africana. Estudiosos vêem esses conflitos não apenas como diferenças religiosas e culturais, mas que esses fatores estão sendo usados para expressar algum sentimento profundamente enraizado de marginalização dos Ga em sua própria terra.¹⁶⁶

Por todo o exposto, não há como se negar que cidadãos ganeses podem passar por situações delicadas quando o assunto é a liberdade de crença. Sendo

¹⁶² CLIC RBS. **Ganeses em Caxias do Sul se dizem perseguidos no país de origem**. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/07/ganeses-em-caxias-do-sul-se-dizem-perseguidos-no-pais-de-origem-4548832.html>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶³ INSIDE WORLD FOOTBALL. **Ghanaian fans miss the plane home and seek asylum in Brazil**. Disponível em: <<http://www.insideworldfootball.com/world-cup/brazil-2014/15055-ghanaian-fans-miss-the-plane-home-and-seek-asylum-in-brazil>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶⁴ BBC. **Ghana 'scandalised' by World Cup fans' Brazil asylum bid**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-28260592>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶⁵ GAZETA WEB. **Caxias do Sul recebe mais de 320 ganeses em 13 dias na Serra do RS**. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/mobile/noticia.php?c=373297&e=3>>. Acesso em: 07.2014.

¹⁶⁶ INTERNATIONAL BUSINESS TIMES. **Fifa World Cup 2014: Ghanaian Muslims 'Fleeing Religious Conflict' Seek Asylum in Brazil**. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/fifa-world-cup-2014-ghanaian-muslims-fleeing-religious-conflict-seek-asylum-brazil-1456268>>. Acesso em: 07 out. 2014.

assim, existe a possibilidade de terem vindo ao Brasil motivados de fato por perseguições religiosas.

Conforme tratado anteriormente, o Código Penal ganês criminaliza relacionamentos homoafetivos¹⁶⁷, encorajando discriminação e perseguição de cidadãos graças a sua identidade e orientação sexual. Apesar da pressão oferecida por organizações de defesa dessa minoria, muito pouco tem sido feito por parte das autoridades no sentido de protegê-la.

Felizmente, a parte da população que sente na pele esse tipo de atentado à privacidade e à identidade não está sozinha. Além de ONGs, existem cidadãos que compartilham da luta dessa parcela da sociedade e defendem seus direitos, ajudando da maneira que podem. É o caso de um dos ganeses entrevistado no Brasil e requerente do *status* de refugiado. Após ter pedido para não ser identificado, provavelmente de forma a evitar maiores problemas, afirmou que ajudava uma comunidade de homossexuais em uma cidade de Gana e, por este motivo, passou a sofrer retaliações e preconceito por parte de grupos mais radicais da sociedade.¹⁶⁸

Nesse mesmo sentido, é bem provável que outros ganeses - que não foram entrevistados, ou até foram, mas não quiseram manifestar-se neste sentido -, também tenham passado por experiências semelhantes por participarem de grupos de apoio a outras minorias.

De acordo com o que já foi apresentado, práticas preconceituosas contra mulheres, tais como a servidão, a mutilação genital, os rituais de viuvez e o tratamento recebido por mulheres consideradas bruxas existem em Gana. Certamente, as pessoas que passam por esses tipos de violência encontram guarida em grupos que pregam a igualdade de gênero em Gana. É bem provável, portanto, que esse conjunto de pessoas também possa se sentir ameaçado ou perseguido por pregar direitos iguais e prestar assistência a cidadãs que tenham sofrido algum tipo de violência, física ou

¹⁶⁷ GHANA. **Criminal Code**. Disponível em: < <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/88530/101255/F575989920/GHA88530.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶⁸ CBN. **Ganês que pediu refúgio no RS diz que sofria preconceito em seu país**. Disponível em: <<http://www.cbnfz.com.br/editorial/brasil/rio-grande-do-sul/16072014-171741-ganes-que-pediu-refugio-no-rs-diz-que-sofria-preconceito-em-seu-pais>>. Acesso em: 07 out. 2014.

psicológica, em razão de sua condição - seja enquanto mulher, seja por suas crenças e práticas.

Assim, é possível supor que alguns do ganeses solicitantes do *status* de refugiados, da mesma forma como reportado pelo entrevistado que se sentia ameaçado por defender os direitos dos homossexuais, possam fazer parte de grupos que lutam pelos direitos de igualdade, identidade e respeito, desta e de outras minorias.

Importante salientar ainda que, apesar de os requerentes do *status* de refugiado serem todos ganeses, isso não significa que eles façam parte de um grupo de conhecidos. De acordo com o depoimento de Prince, um dos ganeses entrevistados pelo jornal Sul21 (veiculado exclusivamente *online*), os cidadãos de Gana que vieram ao Brasil com esse objetivo não se conheciam. "Cada um tem seus próprios problemas, sua própria história. Nós não nos conhecíamos, não passamos pelas mesmas coisas", adverte.¹⁶⁹

Cabe, então, conforme indicação expressa na Lei 9.474, uma análise atenta e individual de cada um dos casos, da história relatada por cada um dos requerentes para, por fim, ser tomada a decisão acerca do reconhecimento ou não do *status* de refugiado.

2.4 SÃO REFUGIADOS OS GANESES?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, estabelece, desde 1948, um ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, com direitos e liberdades a serem respeitados.¹⁷⁰

¹⁶⁹ SUL 21. **Ganeses em Caxias do Sul agradecem ajuda e aguardam documentos para “começar nova vida”**. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ganeses-em-caxias-do-sul-agradecem-ajuda-e-aguardam-documentos-para-comecar-nova-vida/>>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁷⁰ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Entre seus 30 artigos, alguns merecem destaque no âmbito deste trabalho. Os direitos e liberdades dessa Declaração podem ser invocados por todos os seres humanos, aduz o art. 2º, "sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação."¹⁷¹

O artigo 18 faz menção às liberdades de pensamento, de consciência e de religião, direitos que implicam na liberdade de manifestar-se, tanto em público, quando em privado, de ensinar, de praticar, ou, ainda, de mudar de religião.¹⁷²

Pois bem. Como se pôde observar pelo exposto nas seções anteriores, não há como se falar na existência de total liberdade religiosa em Gana, principalmente no que tange às relações afetivas interpessoais, seja dentro de uma mesma religião ou entre credos diversos.

De fato, ao encontro dessa afirmação, tem-se os já mencionados relatos de cidadãos ganeses que expõem os mais variados tipos de poda relacionadas a sua liberdade de crença e/ou manifestação religiosa. Ademais, é necessário salientar que, segundo os relatórios da ARDA anteriormente citados, entre 2005 e 2008 o número de casos de perseguição religiosa no país africano ficou entre 500 e 1000. É bem possível, portanto, que esse tipo de violação não tenha cessado, servindo de base para a vinda de imigrantes ganeses ao Brasil.

O direito à saúde e ao bem-estar são garantidos pelo art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem o direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar, e a sua família, a saúde e o bem-estar, especialmente no que se refere à alimentação, ao vestuário, à habitação. À assistência médica e ainda aos serviços sociais necessários; e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias alheias à sua vontade.¹⁷³

¹⁷¹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid.

Conforme exposto alhures, diversos desses direitos estão sendo mitigados pelo governo ganês, conforme destacou a Revisão Periódica Universal de 2012. O tratamento dispensado a mulheres quanto a práticas de mutilação, rituais de viuvez e servidão continua sendo frequente. O déficit habitacional do país, que afeta principalmente as comunidades mais carentes, sem prejuízo à sequência desastrosa de desapropriações, continuam atentando contra o direito universal à habitação de tal população. Além disso, a falta de trabalho e a qualidade de ensino são ainda questões explícitas que ensejam intervenções múltiplas e efetivas pelo poder público ganês.

A propósito, registra-se que o número de mais de 7 milhões de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza¹⁷⁴ em Gana atesta o fato inarredável de que a baixa qualidade de vida no país é uma afronta aos direitos humanos, violando, inclusive, em muitos casos, próprio direito à vida, corolário máximo das sociedades contemporâneas.

Diante da análise das Revisões Periódicas Universais, percebe-se que o fato de o Estado não criar respostas de enfrentamento aos diversos tipos de violência, perpetuando afrontas aos direitos humanos em diversas formas é, em última instância, um ato de complacência com esses tipos de violações.

No mais, a falta de oportunidades de emprego, a desnutrição e a fome são indicativos mais do que suficientes a demonstrar a inatividade e a letargia Estatal perante a gravíssima situação de vulnerabilidade social de seus cidadãos, convalescentes na trágica realidade comum de indivíduos desprovidos de condições materiais mínimas de existência.

Uma vez feita a análise do ponto de vista humanista e passando a uma apreciação mais positivista, retomemos a averiguação da Lei 9.474/97.

Conforme fora tratado anteriormente, a referida lei trouxe ao ordenamento brasileiro os conceitos e providências relativas à situações relacionadas aos refugiados e é por meio dela que é feita toda a análise do direito de fazer jus a esse *status*.

¹⁷⁴ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Em seu art. 11¹⁷⁵, criou o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que passou a ter competência para analisar o pedido e declarar o reconhecimento, ou não, em primeira instância, da condição de refugiado. O procedimento a ser seguido pelo requerente também foi trazido pela lei em seus artigos 17 e seguintes.

Assim, ficou estabelecido no artigo 17¹⁷⁶ que a primeira providência a ser tomada, será por parte do estrangeiro, apresentando-se à autoridade competente e externando vontade de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado. Em seguida, cabe a essa autoridade notificar ao solicitante que preste declarações, marcando a data de abertura do processo (art. 18).¹⁷⁷ Importante lembrar que, em atenção ao princípio do *non-refoulement*, o requerente não será encaminhado de volta a seu país - onde teoricamente sofre perseguição ameaçadora ou violadora de seus direitos fundamentais - sem que haja o julgamento de seu requerimento.

Com a entrega da solicitação de refúgio, sua estada no país é garantida por meio de protocolo emitido pelo Departamento de Polícia Federal, que também servirá para permitir que seja expedida carteira de trabalho provisória para o exercício de atividades remuneradas (art. 21).¹⁷⁸

Ressalta-se, no ponto, que o inciso I do artigo 1º traz a conceituação legal da condição indicada, reconhecendo como refugiado todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira retornar. Por todo o exposto, vê-se que há grande possibilidade de a situação de muitos desses solicitantes tratados nesse trabalho estar abrangida por esse conceito que identifica quem são refugiados segundo a lei brasileira.

¹⁷⁵ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Ibid.

Os artigos 23 e 26 garantem que, após a entrega da solicitação de refúgio, os fatos e relatos serão averiguados pelo CONARE que, por ato declaratório e fundamentado, decidirá pelo reconhecimento ou não da condição requerida.¹⁷⁹

Não há que se falar, portanto, de um reconhecimento de um *status* de refugiado em bloco: cada pedido será analisado individualmente, avaliando-se todas as declarações prestadas acerca das causas do temor de perseguição ou da perseguição de fato.

Por derradeiro, sublinha-se em última análise que resguardar os direitos humanos significa garantir que as pessoas, independentemente de quaisquer características, predicados, e/ou circunstâncias, recebam sempre, no curso de suas vidas em sociedade, um tratamento decente e civilizado, de modo a se preservar a singularidade da vida humana, protegendo-a em sua transitoriedade mais sutil e efêmera. Para além, a defesa dos cidadãos contra tudo o que ameaça sua saúde, bem-estar econômico, estabilidade social e liberdade política é responsabilidade da comunidade internacional como um todo, notadamente por se constituir enquanto dever ético, legal e institucional. Em assim sendo, com a colaboração por parte de outros países - abrigando indivíduos que tiveram seus direitos humanos mais básicos violados, como é o caso - não há dúvidas de que esse objetivo teleológico pode ser conquistado e posto em prática.

¹⁷⁹ BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

CONCLUSÃO

A questão dos refugiados não é um fenômeno atual, a humanidade tem sido confrontada com essa problemática há décadas; ocorre, porém, que a comunidade internacional só passou a dispensar a atenção jurídica necessária a esse tema a partir de meados do século XX. De fato, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas convocou uma conferência para redigir uma convenção regulatória da condição legal dos refugiados, de modo a inscrever, enquanto diploma normativo de âmbito internacional, apontamentos e balizas tecnicamente pertinentes.

A Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967 estabelecem que são considerados refugiados todos os indivíduos que devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opiniões políticas, não possam ou não queiram voltar a seu país de residência habitual. Às pessoas em tais condições é estabelecido, pelas referidas normas, o direito ao refúgio de nível internacional, com padrões básicos de tratamento a todos que se encontram nessa contingência.

A partir desse conceito e devido a necessidades específicas de determinadas regiões do mundo, definições ampliadas foram surgindo de forma a abranger novas situações jurídicas e materiais. A Organização da Unidade Africana de 1969 incluiu no rol de motivos para o reconhecimento do *status* de refugiado as situações ligadas a lutas internas e outras situações que envolvem expedientes afetos à violência. Em seguida, a Declaração de Cartagena das Índias de 1984 passou a proteger também as pessoas que se viram obrigadas a sair de seu país diante da violação maciça dos direitos humanos além de outras circunstâncias que maculam nevalgicamente a ordem pública.

Baseando-se na definição clássica da Convenção de 1951 e considerando as ampliações conceituais trazidas pelas referidas normas sul-americana e africana, o Congresso Nacional promulgou a Lei 9.474/97. O referido expediente, além de conceituar quais pessoas podem ser consideradas refugiadas no âmbito brasileiro, disciplinou a criação do Comitê Nacional para Refugiados, órgão

responsável, dentre outras responsabilidades, pela decisão em primeira instância do reconhecimento ou não da condição perseguida pelos requerentes.

No que tange à população sob estudo nesta monografia, apesar de viver em aparente paz, o povo ganês está sujeito a diversos tipos de violência físicas e psicológicas. A Organização das Nações Unidas, através de seu mecanismo de Revisão Periódica Universal, analisou Gana em dois momentos, em 2008 e em 2012, oportunidades nas quais observou inúmeras violações e danos sociais.

Por parte dos *stakeholders*, em ambas as avaliações foram apontadas diversas violações aos direitos humanos: com relação ao direito à moradia, foram mencionadas desapropriações forçadas de inúmero contingente populacional sem qualquer tipo de contra-prestação; de outro norte, observou-se a reprodução sistemática de práticas machistas contra mulheres, tais como mutilações, linchamentos, e rituais violadores, assim como gravíssimos problemas ligados aos direitos de privacidade e à identidade de gênero. Em outra senda, o direito básico à educação e a garantia à livre manifestação, principalmente da mídia contrária ao governo, também são profundamente ameaçados pelo regime de governo em curso.

Para além, apesar de não ter procedido nenhuma execução por pena de morte, as sentenças continuam a ser proferidas de modo arbitrário, e as brutalidades policiais contra civis se traduzem em realidade perversa. Além disso, a discriminação contra a comunidade LGBT atinge níveis alarmantes, notadamente em razão de leis que proíbem relações “não naturais”, e que acabam por incitar o ódio generalizado a tais extratos sociais. No mais, sublinhou-se a corrupção endêmica no país, o fato de os gastos do governo não serem totalmente divulgados, bem como o desemprego entre os jovens, que atinge cerca de 40% dessa população.

A Constituição da República de Gana faz diversas referências à liberdade religiosa ao longo de seu texto: o artigo 17 aduz que nenhuma pessoa deve ser discriminada graças a seu sexo, raça, cor, etnia, religião, credo, status social ou econômico, e o artigo 21 garante a liberdade de praticar qualquer religião e manifestar-se sobre essa prática.

A despeito dessas garantias, a liberdade religiosa no país ainda é podada em diversas situações, sendo que a intolerância parte principalmente (mas não exclusivamente) da própria sociedade civil. O fato de a maioria da população ser católica, no caso, galvaniza a repressão às crenças e práticas dissonantes, especialmente a muçulmana. É comum, também, que haja intolerância religiosa dentro de uma mesma religião, entre suas múltiplas vertentes, fato que só reforça a necessidade premente de democratização da sociedade ganesa e de reforço dos valores da tolerância e do respeito às diversidades em sentido amplo. Estima-se que, entre os anos de 2005 e 2008, um número de 500 a 1000 pessoas sofreu perseguição de cunho religioso em Gana.

Esse tipo de perseguição é a principal causa apontada por parte dos ganeses requerentes do reconhecimento de sua condição de refugiados, mas não é a única. Assinala-se que a intolerância com os direitos de identidade dos cidadãos, passando mormente pela questão de orientação sexual, também foi responsável por trazer certa quantidade de ganeses ao Brasil. Nesse sentido, uma vez que existem pessoas que se sentem perseguidas por participarem de grupos de apoio à comunidade LGBT, supõe-se que apoiadores de outras minorias também se sintam ameaçados e possam estar entre os demandantes.

Nesse sentido, a referida Lei 9.474/97 dispõe sobre as providências a serem tomadas para o reconhecimento da condição de refugiado. Logo, os requerentes já deram seus relatos, explicitando seus temores e motivos, bem como receberam carteiras de trabalho provisória para o exercício de atividade remunerada. A partir deste momento, cada um dos relatórios e declarações serão analisados pelo CONARE que, por ato declaratório e fundamentado, decidirá pelo reconhecimento ou não da condição de refugiado.

Por derradeiro, ao final desta pesquisa, conclui-se que existe relação entre as possibilidades de reconhecimento do *status* de refugiado trazidas pela Lei 9.474/97 e as situações vividas pelos ganeses requerentes. Dessa forma, é possível que sejam assim encarados, visto que, de acordo com o artigo 1º da referida lei, será considerado refugiado quem sofre perseguição religiosa (entre outras, de acordo com o inciso I) e

quem deixa seu país devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos (inciso II). Conforme exposto alhures, esses dois tipos de situação acontecem em Gana e, tendo sido esses os motivos que trouxeram os requerentes até o Brasil, certamente, após a análise individual dos requerimentos, serão reconhecidos os *status* de refugiados, o que fará com que passem a ser cidadãos, contando com os direitos que essa condição lhes garante.

REFERÊNCIAS

ACNUR, CONARE. **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil: Decisões comentadas do CONARE**. Brasília: ACNUR, CONARE, 2007.

AFRICA AND THE WORLD. **Poverty In Ghana Has Several Causes**. Disponível em: <<http://www.africaw.com/forum/f17/poverty-in-ghana-poverty-in-ghana-has-several-t1221/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

AGUIAR, Renan apud ARAÚJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e Não-Violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **A Lei nº 9.474/97 e a Definição Ampliada de Refugiado: breves considerações**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67475>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Breve Histórico do ACNUR**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>>. Acesso em: 16 ago. 2014

_____. **O que é a Convenção de 1951**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

ANDRADE, José H. Fischel. Derecho de los Refugiados en America Latina: Reflexiones sobre su futuro. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001.

_____; MARCOLINI, Adriana. **A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ARAÚJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus Semejanzas con la Convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial, 2001.

ASSIS, Simone Gonçalves et. al. **Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

ASSOCIATION OF RELIGION DATA ARCHIVES. **About the ARDA**. Disponível em: <<http://www.thearda.com/about/>>. Acesso em: 07 out. 2014.

_____. **Religious Freedom**. Disponível em: <www.thearda.com/internationalData/countries/Country_91_3.asp>. Acesso em: 07 out. 2014.

BARRETO, Luiz Pulo Teles Ferreira. O Refúgio e o CONARE. In: ACNUR e INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.1, n.1, 2006.

BBC. **Ghana 'scandalised' by World Cup fans' Brazil asylum bid**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-28260592>>. Acesso em: 07 out. 2014.

BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto et. al. **As Três vertentes da proteção internacional dos Direitos da Pessoa Humana**. Disponível em <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____; SANTIAGO, Jaime Ruiz de. **La Nueva Dimensión de las Necesidades de Protección del ser Humano en el Inicio del Siglo XXI**. 2 ed. San José, C.R.: Impresora Gossesstra Internacional, 2002.

CARLIER, Jean-Yves; VANHEULE, Dirk. **Who is a Refugee?: a comparative case law study**. Martinus Nijhoff Publishers. The Hague, 1997

CBN. **Ganês que pediu refúgio no RS diz que sofria preconceito em seu país**. Disponível em: <<http://www.cbnfoz.com.br/editorial/brasil/rio-grande-do-sul/16072014-171741-ganes-que-pediu-refugio-no-rs-diz-que-sofria-preconceito-em-seu-pais>>. Acesso em: 07 out. 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **The World Factbook References: Definitions and Notes**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/notesanddefs.html?fieldkey=2217&alphaletter=S&term=Sanitation%20facility%20access>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CLIC RBS. **Ganeses em Caxias do Sul se dizem perseguidos no país de origem.** Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/07/ganeses-em-caxias-do-sul-se-dizem-perseguidos-no-pais-de-origem-4548832.html>>. Acesso em: 07 out. 2014.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **O que é a Revisão Periódica Universal?** Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/1-o-que-e-a-revisao-periodica-universal>>. Acesso em: 20 set. 2014.

EMBASSY OF GHANA IN THE UNITED STATES. **About Ghana.** Disponível em: <<http://www.ghanaembassy.org/index.php?page=population>>. Acesso em: 20 set. 2014.

EXAME. **Brasil cria grupo para expedir vistos de refugiados ganeses.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675>>. Acesso em: 30 set. 2014.

FILHO, José Francisco Sieber Luz. Non-refoulement: breves considerações sobre o limite jurídico à saída compulsória do refugiado. In: ARAUJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FORTÍN, Antonio. Doctrinal Review of the broader refugee definition contained in the Cartagena Declaration. In: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Memoir of the Twentieth Anniversary of the Cartagena Declaration on Refugees.** San José, C.R.: Editorama, 2005.

GAZETA DO POVO. **Copa foi usada para fuga de ganeses para o Brasil.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675>>. Acesso em: 30 set. 2014.

GAZETA WEB. **Caxias do Sul recebe mais de 320 ganeses em 13 dias na Serra do RS.** Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/mobile/noticia.php?c=373297&e=3>>. Acesso em: 07.2014.

GHANA. **Constitution of the Republic of Ghana.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b5850.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **Criminal Code.** Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/88530/101255/F575989920/GHA88530.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

GOVERNMENT OF GHANA OFFICIAL PORTAL. **Ghana At A Glance.** Disponível em: <<http://www.ghana.gov.gh/index.php/about-ghana/ghana-at-a-glance/455-pre-colonial-ghana>>. Acesso em: 20 set. 2014.

GRAHL-MADSEN, Atle. **Commentary on the Refugee Convention 1951.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4785ee9d2.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

INSIDE WORLD FOOTBALL. **Ghanaian fans miss the plane home and seek asylum in Brazil.** Disponível em: <<http://www.insideworldfootball.com/world-cup/brazil-2014/15055-ghanaian-fans-miss-the-plane-home-and-seek-asylum-in-brazil>>. Acesso em: 07 out. 2014.

INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DO REFUGIADO. **Declaração de Cartagena.** Disponível em <<http://www.adus.org.br/declaracao-de-cartagena/>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

INTERNATIONAL BUSINESS TIMES. **Fifa World Cup 2014: Ghanaian Muslims 'Fleeing Religious Conflict' Seek Asylum in Brazil.** Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/fifa-world-cup-2014-ghanaian-muslims-fleeing-religious-conflict-seek-asylum-brazil-1456268>>. Acesso em: 07 out. 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** São Paulo : Método, 2007.

LEAGUE OF NATIONS. **Convention Relating to the International Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3dd8cf374.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Memória Anotada, Comentada e Jurisprudencial do Comitê Nacional para Refugiados - CONARE.** Disponível em: < <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5405.pdf?view=1>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do Século XXI. In: FERREIRA BARRETO, Luiz Paulo Teles (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.** Brasília: ACNUR, MJ. 2010.

LOLIS, Dione. **A violência cotidiana em diferentes espaços institucionais da periferia da cidade de Londrina.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n1_lollis.htm#_edn1>. Acesso em: 21 set. 2014.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 3 ed. rev. São Paulo: Saraiva. 2006.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.** Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cescr.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2014.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa.** Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/3ae6b36018.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **American Convention on Human Rights, "Pact of San Jose", Costa Rica.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b36510.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e Controle: Oposição ou Complementaridade para a Redução da Violência?** In: Revista Ciência e Cultura. Sociedade brasileira para o progresso da ciência. Ano 54 nº1. Jul/ago/set 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis Pereira. **Violência Urbana.** São Paulo: Publifolha, 2003.

PROUDFOOT, Malcolm Jarvis apud AMERICAN CATHOLIC HISTORY RESEARCH CENTER AND UNIVERSITY ARCHIVES. **Refugees and Displaced Persons Before, During, and After World War II.** The Catholic University of America. Disponível em: <http://cuomeka.wrlc.org/exhibits/show/u-s--catholic-bishops--refugee/so-what-/refugees_circa_wwii>. Acesso em: 16 ago. 2014.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luis Augusto Bittencourt. **Proteção dos Refugiados na Declaração de Cartagena de 1984: Uma Análise a partir do Caso dos Haitianos no Brasil.** Revista de Estudos Internacionais, Vol. 4 (1), 2013. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/index.php/rei/article/download/126/pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

REGIONAL REFUGEE INSTRUMENTS & RELATED. **Cartagena Declaration on Refugees, Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b36ec.html>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural.** Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

SOARES, Luis Eduardo; CARNEIRO, Leandro Piquet. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: **Violência Política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relumi Dumará: ISER, 1996.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **Ghana Demands Independence from Britain.** Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/ghana-demands-independence-britain>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SUL 21. **Ganesees em Caxias do Sul agradecem ajuda e aguardam documentos para "começar nova vida".** Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ganesees-em-caxias-do-sul-agradecem-ajuda-e-aguardam-documentos-para-comecar-nova-vida/>>. Acesso em: 05. out. 2014.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3a94.html>>. Acesso em: 18 set 2014.

_____. **Convention Relating to the Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

_____. **Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief.** Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r055.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. **Note on International Protection (submitted by the High Commissioner).** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae68d5d10.html>>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. **Report of the Working Group on the Universal Periodic Review.** Disponível em: <lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/Session2/GH/A_HRC_8_36_Ghana_E.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. **Resolution Adopted by The General Assembly, 60/251.** Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/A.RES.60.251_En.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Summary Prepared By The Office Of The High Commissioner For Human Rights, In Accordance With Paragraph 15 (C) Of The Annex To Human Rights Council Resolution 5/1.** 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/125/16/PDF/G0812516.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. **Summary prepared by the Office of the High Commissioner for Human Rights in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21.** 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/155/59/PDF/G1215559.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. **Universal Declaration of Human Rights.** Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html>> Acesso: 21 ago. 2014.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Conclusions Adopted by the Executive Committee on the International Protection of Refugees.** Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4b28bf1f2.html>>. Acesso em: 19 set. 2014. *The Executive Committee,*

_____. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

_____. **Handbook and Guidelines On Procedures and Criteria for Determining Refugee Status: Guidelines on International Protection nº 1: Gender-Related Persecution within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. **Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

UNIVERSALIUM. **Ghana.** Disponível em: <<http://universalium.academic.ru/120160/Ghana>>. Acesso em: 07 out. 2014.

VEJA. **Ganeses usam Copa para pedir refúgio e ficar no Brasil.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/219-ganeses-chegaram-a-caxias-do-sul-rs>>. Acesso em: 07 out. 2014.

VÉLEZ, Francisco. Consideraciones Sobre La Determinación de la Condición de Refugiado. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados.** Lima: Fondo Editorial, 2001.

ZERO HORA. **Usando a Copa como desculpa, ganeses desembarcam no sul do país em busca de refúgio.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/07/usando-a-copa-como-desculpa-ganeses-desembarcam-no-sul-do-pais-em-busca-de-refugio-4552417.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.